

Multicare - Seguros de Saúde, S.A.

Relatório e Contas 2010

Índice

3	Órgãos Sociais
4	Relatório do Conselho de Administração
21	Anexo ao Relatório do Conselho de Administração
22	Demonstrações Financeiras
28	Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
102	Anexos
109	Relatório Sobre o Governo da Sociedade
126	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente José Filipe de Sousa Meira
Secretário Vítor Manuel Dinis Lopes

Conselho de Administração

Presidente CAIXA SEGUROS, SGPS, S.A., que nomeou
para exercer o cargo em nome próprio,
Armando António do Poço Pires

Vogais Carlos Vaz de Macedo da Cunha Coutinho
Rogério Miguel Campos Henriques
Maria João Carço Honório Paulino de Sales Luís
José António Rodrigues Nunes Coelho

Conselho Fiscal

Presidente Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias
Vogais João Filipe Gonçalves Pinto
Luís Máximo dos Santos
Suplente João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins

**Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas**

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por
Maria Augusta Cardador Francisco, ROC

1.

Relatório do Conselho de Administração em 31 de Dezembro 2010

O Conselho de Administração da Multicare Seguros de Saúde, S.A., em cumprimento dos preceitos legais e estatutários aplicáveis, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2010.

1. Enquadramento Económico Internacional

Apesar do ano 2010 ter sido um ano de crise económica, verificou-se crescimento na economia mundial.

De facto, a economia começa a recuperar mais depressa do que o esperado, mas com velocidades distintas, consoante as diferentes "regiões" do mundo. A média do crescimento é moderada, uma vez que o crescimento mais robusto nas economias emergentes equilibrou o mais modesto nas economias avançadas.

Em termos quantitativos, a economia mundial terá registado um crescimento próximo de 5%, destacando-se os países como China, Brasil e Índia, com taxas de crescimento superiores a 7%, enquanto os países desenvolvidos não terão ultrapassado os 3% de crescimento.

As taxas de juro, de referência para empréstimos a empresas e particulares, registaram valores mínimos históricos, que se ficaram a dever à intervenção dos Bancos Centrais. Contudo assistiu-se a um aumento das taxas de juro efectivas e a uma maior dificuldade no acesso ao crédito, decorrente da alteração das políticas de concessão de crédito, adoptadas pelas entidades bancárias, motivada pelos receios de incapacidade de cumprimento das obrigações por parte das empresas e particulares, situação agravada pela incerteza em torno da dívida soberana de alguns países europeus.

Os sinais de crescimento da economia estão patentes na previsão que aponta para que o Produto Interno Bruto mundial cresça em 2010 3,9% após a queda de 0,8% verificada em 2009.

No que respeita à economia europeia, também as previsões são animadoras, uma vez que se estima que a zona euro cresça 1% em 2010 contra a expansão de 0,3% prevista anteriormente.

2. Economia Portuguesa

No caso particular de Portugal, a actividade económica registou, em 2010, um crescimento de 1,3%, abaixo do evidenciado pela zona euro, retomando o processo de divergência verificado nos últimos anos.

	2010
PIB	1,3
Consumo Privado	1,8
Consumo Público	3,2
Procura Interna	0,5
Exportações	9,0
Importações	5,0
Contributo p/ crescimento do PIB (em p.p.)	
Exportações líquidas	0,7
Procura interna	0,6
Balança Corrente e de Capital	-8,8
Balança de Bens e Serviços	-6,4
Índice de Harmonização de Preços do Consumidor	1,4

Esta situação é agravada pelos défices externo e orçamental e por um elevado endividamento público e privado, num contexto de receios sobre a dívida soberana que tem acarretado taxas de juro que, a prazo, são consideradas incomportáveis, colocando pressão acrescida no Orçamento de Estado e limitando o desenvolvimento futuro do país, atendendo às perspectivas de evolução dos custos de financiamento de novos projectos.

A evolução positiva do PIB reflecte, por um lado, o crescimento das exportações proporcionado pelo aumento da procura externa, por outro, o elevado dinamismo da procura interna. A conjugação destes dois factores contribui ainda para a redução do défice conjunto das Balanças Corrente e de Capital, para cerca de 8,8% do PIB.

A inflação, medida pelo IHPC, registou um valor de 1,4% fortemente influenciado pelos aumentos da tributação indirecta e reflectindo também a evolução do preço dos bens energéticos e de matérias-primas, cuja tendência de subida foi intensificada pelo movimento de desvalorização do Euro face ao Dólar.

Para 2011, as projecções para a economia portuguesa apontam uma contracção em 1,3%. Esta evolução será marcada pelo reforço do processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo de mais de uma década.

Esta projecção comporta riscos fortemente influenciadores de actividade económica descendente, potenciando um abrandamento mais pronunciado, decorrentes quer da eventual fragilidade de recuperação da economia mundial, quer pela necessidade de se ajustar os balanços dos agentes económicos, públicos e privados.

Tal como referido, os ajustamentos macroeconómicos necessários, em particular a redução das necessidades de financiamento externo, afigura-se condição necessária para assegurar o regresso da economia portuguesa a uma trajectória de crescimento sustentado.

De referir que, no actual contexto, as medidas de apoio à liquidez por parte do Eurosistema, têm sido fundamentais para impedir maior impacto, das dificuldades de acesso dos bancos portugueses aos mercados internacionais de financiamento por grosso, sobre o sector financeiro. É ainda essencial o ajustamento dos balanços das famílias e das empresas no sentido de um aumento da poupança.

Estes ajustamentos deverão ter subjacente um programa consistente que pretenda eliminar as principais fragilidades estruturais da economia portuguesa. O objectivo deverá ser o aumento da eficiência na afectação dos recursos.

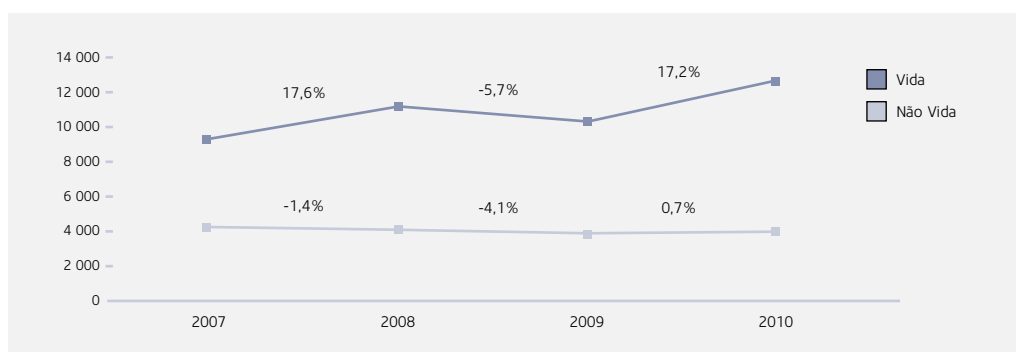
A criação de condições para o retorno a taxas de investimento elevadas, requerem, em condições de financiamento mais restritivas, um aumento da poupança interna, e depende da prossecução das reformas estruturais. Assim, a qualidade do crescimento económico futuro poder-se-á medir através do aumento do potencial produtivo da economia e dependerá crucialmente do aumento da qualidade e rendibilidade do investimento.

Neste contexto de constante alteração do meio envolvente, quer pela globalização dos mercados e conseqüente aumento da concorrência, quer pela ocorrência de catástrofes naturais, é indispensável uma reflexão por parte das empresas, visando uma crescente adequação das suas acções às regras de mercado que determinam a estabilidade.

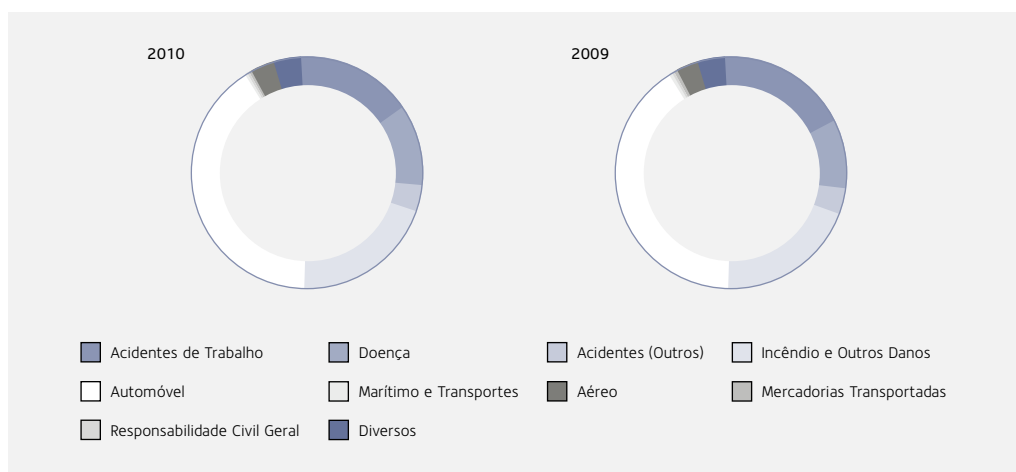
3. Sector Segurador

De acordo com dados do ISP, o ano 2010 mostrou uma subida na produção de seguro directo da generalidade das Companhias de Seguros. Comparativamente com o ano anterior, verificou-se um crescimento de 12,5%, explicado essencialmente pelo ramo Vida, apesar de os ramos Não Vida terem contribuído para este crescimento com uma variação positiva de 0,7%, contrariamente à tendência dos últimos anos.

Produção de Seguro Directo em Portugal - Mercado



No crescimento registado pelos ramos Não Vida, é de salientar o crescimento dos ramos Doença, Incêndio e Outros Danos e Outros Danos e Responsabilidade Civil Geral, com taxas de crescimento de 5,9%, 2,5% e 4,0%, respectivamente. Por contraposição de Automóvel e Acidentes de Trabalho que mantém a tendência de decréscimo, embora menos pronunciado.



Analisando as quotas de mercado, pode verificar-se, nos últimos três anos, o domínio dos Grupo CGD, Millenium Ageas e Espírito Santo. Regista-se o facto de o Grupo CGD ter ganho 5 p.p. de quota de mercado, o Millenium Ageas ter perdido 6 p.p. e o BPI ter consolidado a recuperação iniciada em 2009.

No que refere aos ramos Não Vida, o Grupo CGD continua a assumir a liderança, contudo, apresenta diminuições sucessivas da quota de mercado, enquanto que os restantes grupos económicos mantêm sensivelmente as mesmas quotas, com excepção do Grupo Banif, cujo crescimento resulta da aquisição da Global Seguros.

4. Actividade da Companhia

A Multicare Seguros de Saúde, S.A., integra o Grupo Caixa Seguros e Saúde e assume as linhas de orientação estratégica definidas pelo Grupo, enquanto resseguradora das carteiras de seguros de saúde das seguradoras Fidelidade Mundial e Império Bonança.

As principais metas de 2010, do Grupo Caixa Seguros e Saúde, consistiram na redução da taxa de sinistralidade e na manutenção da quota de mercado. No caso particular da Multicare, foram identificadas as seguintes áreas de intervenção: melhoria da coordenação técnico-comercial, melhoria das competências de subscrição, com vista à melhoria da rentabilidade de grandes clientes e melhoria dos mecanismos de controlo da rede de prestadores.

No âmbito do controlo da Rede e reforço do relacionamento com Prestadores, fortaleceu-se a vertente externa da equipa de gestores, com o objectivo da renegociação de preços de tabelas de actos médicos, nomeadamente estomatologia, e a negociação de preços fechados com as grandes unidades hospitalares pertencentes a grupos económicos. Deu-se continuidade às acções já existentes promotoras de maior parceria, tais como a publicação da revista Check Up, patrocínio de diversas actividades desportivas organizadas por entidades ligadas à saúde, não só numa perspectiva relacional, mas também de incentivo à prática do desporto como factor de prevenção na saúde.

Destaca-se ainda, no ano 2010, a realização de um ciclo de oito conferências a que assistiram cerca de 400 Assistentes dos Prestadores Multicare, sendo duas delas dirigidas exclusivamente a Medicina Dentária.

Visando a racionalização de processos e o enfoque no desenvolvimento das valências técnicas de suporte ao negócio e potenciando sinergias associadas ao grupo económico em que está inserida, a Multicare tem vindo a apostar na externalização de tarefas operativas de cariz administrativo, quer para unidades transversais da CSS, quer para empresas prestadoras de serviços externas ao grupo.

Neste âmbito, todas as tarefas de auditoria interna, tratamento de correspondência, gestão de espaços e mobiliário, gestão da frota e gestão do centro de contacto foram integradas em órgãos transversais.

A externalização de operativas, caracterizadas por utilização de mão-de-obra intensiva, para empresas externas, foi concluída este ano. Tarefas como digitalização e carregamento de dados de documentos de despesas apresentadas para reembolso e de prestadores convencionados são, agora, asseguradas por parceiros permitindo maior enfoque da Multicare na actividade fulcral do negócio.

No que se refere à melhoria da oferta, foi desenvolvido um novo modelo de análise de risco, por tipo de cobertura e cliente que veio permitir uma melhoria significativa no processo de tarifação e subscrição de riscos. Também o desenvolvimento de um Simulador de ajustamentos técnicos, utilizado quer em cotações de novos negócios, quer em renegociações de negócios já existentes, veio permitir melhorar o processo de adequação do prémio ao perfil do cliente.

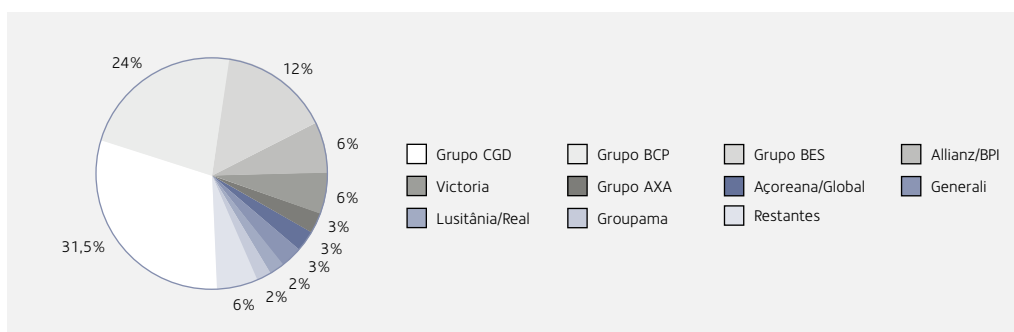
Foi, ainda, melhorado o processo de aceitação de risco, reforçando-se a competência médica, melhorando-se o Questionário Individual de Saúde e desenvolvendo-se uma Grelha de Aceitação com vista a uma melhor sistematização dos critérios de exclusão e agravamento dos riscos.

A melhoria da qualidade da informação aliada ao aumento da periodicidade do seu envio às redes comerciais, vieram fortalecer a aposta na maior coordenação técnico-comercial, bem como uma maior proximidade entre a Multicare e a rede comercial das seguradoras. Também nesta vertente de aproximação às redes, foi desenvolvido o “Programa de Integração de Mediadores” por forma a dar conhecer a organização da Multicare e a facilitar o contacto entre áreas.

5. Principais Indicadores de Actividade

5.1. Quota de Mercado

Apesar dos valores de produção terem evoluído positivamente, a Caixa Seguros e Saúde reduziu ligeiramente a quota de mercado, tendo em 2010, atingido 31,5% dos prémios do mercado.



5.2. Rácios por Pessoa Segura

Na análise dos principais rácios por Pessoa Segura, verifica-se uma melhoria generalizada.

(Valores em Euros)

	2010	2009
Prémio Médio/P. Segura	308	302
Custo Médio/P. Segura	255	275
Frequência/P. Segura	3,94	4,15
Taxa Utilização	33%	66%
Taxa Sinistralidade	82,8%	91,1%

Esta melhoria tem tradução directa no rácio de sinistralidade, que apresenta decréscimo de 8 p.p. face ao ano anterior, apesar de continuar a ser uma taxa superior à de mercado. Este facto resulta, essencialmente, do perfil da carteira da CSS, na qual o Seguro de Grupo tem um peso significativo, embora o rácio entre Seguro de Grupo e Seguro Individual tenha evoluído positivamente, tendo passado de 63,2% para 62,8%.

5.3. Actos Médicos por Cobertura

Durante o ano 2010 foram financiados 2.315.300 actos médicos, valor inferior ao realizado no ano anterior e que se encontra em consonância com a redução da taxa de utilização mostrada no quadro anterior.

Assim, destacam-se as tipologias nas quais ocorreram maior número de actos médicos:

	Nº
Partos	1 500
Internamentos	22 935
Consultas	
Med. Geral e Familiar	93 642
Estomatologia	258 657
Restantes Especialidades	638 014
Urgências	99 307
Fisioterapia	133 078
Exames	
Radiologia	112 286
Ecografia	190 999
TAC	27 168
RMN	11 179

5.4. Reclamações

O caminho percorrido em 2009, necessário à melhoria do serviço prestado aos clientes, traduziu no ano 2010 uma redução significativa do número de reclamações, bem como, do tempo médio de resposta.

	2010	2009	%
N.º Reclamações	649	981	-34
Tempo médio de resposta (dias)	10,6	16,2	-35

5.5. Chamadas Recebidas

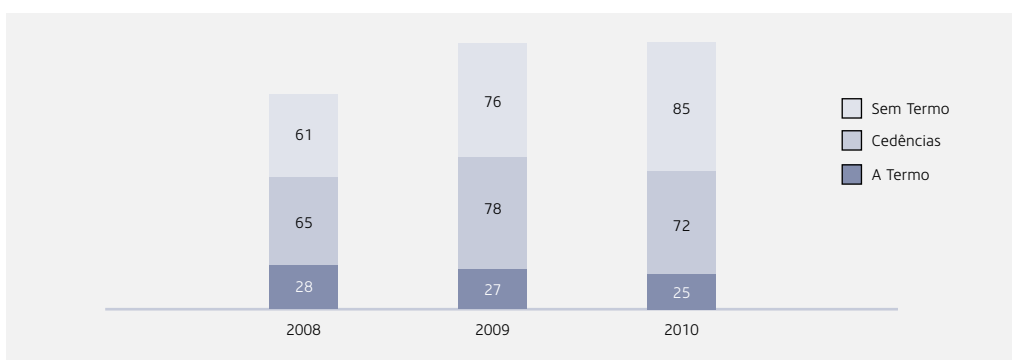
A redução de 17% no número de chamadas recebidas é também reveladora da melhoria dos níveis de serviço ao cliente.

	2010	2009	%
N.º de chamadas recebidas	777 971	942 218	-17
Taxa de chamadas atendidas (%)	96%	96%	0

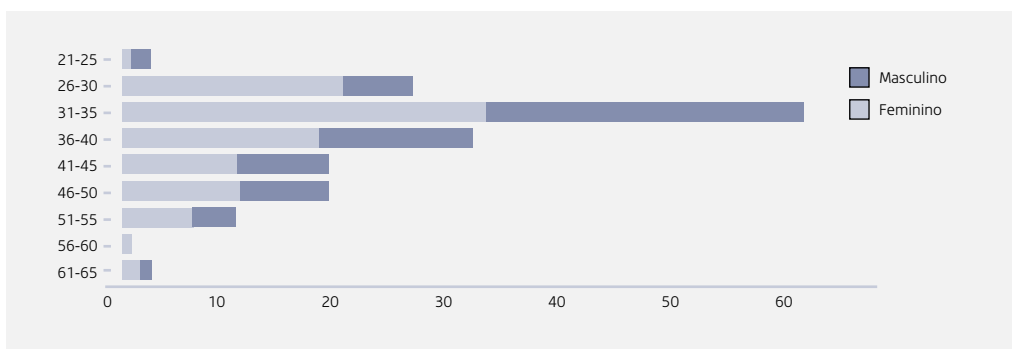
A generalidade dos indicadores de actividade teve uma evolução positiva neste ano, traduzida em ganhos de produtividade, que permitem uma maior satisfação do cliente e uma optimização de recursos para a companhia.

6. Recursos Humanos

A Multicare encerrou o exercício com 182 colaboradores dos quais 40% são cedências de outras empresas do Grupo. No triénio os contratos sem termo aumentaram 7%, tendo os contratos a termo diminuído 4%, fruto do esforço de estabilização do Quadro de Pessoal.



A idade média dos colaboradores aumentou de 37 para 38 anos, sendo cerca de 63% do sexo feminino. No que respeita às habilitações académicas, 49% possuem o Secundário completo e 44% habilitações ao nível do Ensino Superior.



Com especial impacto na proximidade ao cliente, destaca-se a abertura, em 2010, dos quatro primeiros Postos Avançados de Gestão nas principais unidades hospitalares, HPP Lusíadas, HPP Boavista, CUF Descobertas e Hospital da Luz; também com impacto na melhoria dos níveis de serviço em geral, salienta-se a criação, nas estruturas mais ligadas ao negócio, de staffs dedicados ao Controlo de Gestão e Qualidade com o objectivo de implementação de circuitos de CQ de processos.

Na senda do desenvolvimento da formação interna, iniciado em 2009, são de referir as 7 acções internas, dedicadas ao Seguro de Saúde, à Terminologia Médica e ao Sistema de Gestão da Qualidade, que abrangeram 665 participantes, num total de 1.253 horas.

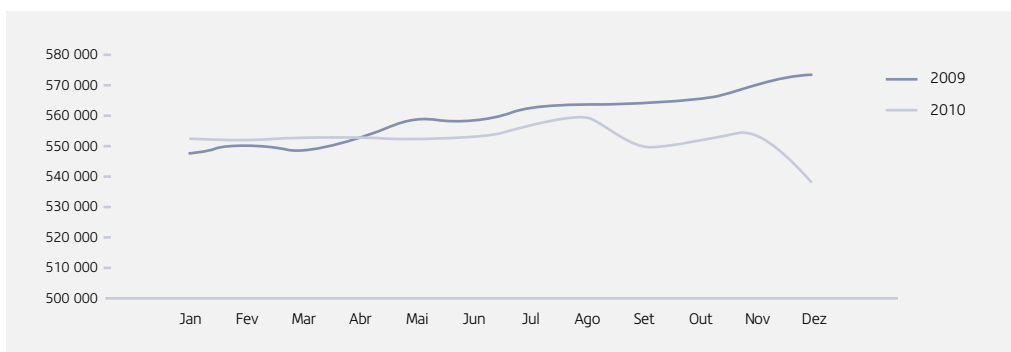
7. Resseguro Aceite

Os prémios Emitidos conjuntos das seguradoras cedentes cresceram 3,5% e atingiram o valor de 173,0 Me.

(Valores em Euros)

Seguradora	Prémios Emitidos				Variação (%)
	2010	%	2009	%	
FM	120 259	70	119 185	71	0,9
IB	52 749	30	48 053	29	9,8
TOTAL	173 008		167 238		3,5

Evolução das pessoas Seguras



O número de Pessoas Seguras registou um aumento na ordem dos 7 p.p., o que fica a dever-se essencialmente à venda de Cartões de Acesso à Rede.

A taxa de sinistralidade conjunta apresentada pelas seguradoras cedentes é de 82,8%, o que traduz melhoria na performance deste indicador na ordem dos 8,2 p.p. Esta redução do custo com sinistros é o reflexo da redução dos indicadores mostrados anteriormente, custo médio por sinistro e taxa média de utilização.

8. Seguro Directo

Verificou-se uma evolução positiva no seguro directo quer nos prémios emitidos, quer na sinistralidade. A conjugação destes dois factores permitiu que o resultado técnico de seguro directo fosse positivo.

A taxa de sinistralidade apresenta, face a 2009, uma redução bastante significativa, que reflecte a redução do custo médio por sinistro e a taxa de utilização do seguro.

9. Resultados

Da análise às Demonstrações Financeiras de 2010 destacam-se os seguintes aspectos:

9.1. Resultado Técnico

A Multicare apresentou um resultado técnico global positivo de m€ 14.826.

No que respeita ao Resseguro Aceite, a Multicare apresentou um Resultado Técnico positivo de m€ 15.257, que mantém os valores obtidos em 2009.

	2010	2009	Var. (%)
Prémios	173 008 372	167 237 857	3
Var. PPNA	-557 827	-432 360	-29
Prémios Adquiridos	172 450 545	166 805 498	3
Varição Prov. Riscos em Curso	57 742	578 719	-90
Comissões	-21 625 951	-17 978 070	-20
Custos de Aquisição Diferidos	1 986 008	-325 233	711
Indemnizações	-143 560 676	-151 909 048	5
Participação nos Resultados	4 001.988	14 698 335	-73
Rendimentos Provisões Retidas	1 946 954	3 517 515	-45
Resultado Técnico Resseguro Aceite	15 256 610	15 387 715	-1
Taxa de Sinistralidade	83,2%	91,1%	-7,9 p.p

O montante de prémios adquiridos de Resseguro Aceite, ascendeu a M€ 172,4, sendo M€ 123,5 provenientes da FM e M€ 48,9 da IB. As indemnizações, atingiram M€ 143,6, dos quais M€ 105,9 provenientes da FM e M€ 37,7 da IB, resultando uma taxa de sinistralidade conjunta de Resseguro Aceite de 83,2%, uma redução de 7,9 p.p. face a 2009.

Tendo em consideração as taxas de sinistralidade das cedentes e a aplicação do Tratado de Resseguro estabelecido, o valor da Participação nos Resultados ascendeu a M€ 4,0, correspondente ao excesso de sinistralidade suportado pelas companhias cedentes.

O custo com comissões de resseguro aceite ascendeu a M€ 21,6.

Para o Resultado Técnico de Resseguro Aceite contribuíram, também, os Rendimentos, quer das provisões retidas pelas cedentes – Provisão Para Prémios Não Adquiridos e Provisão Para Sinistros – quer dos restantes investimentos, que ascenderam a m€ 1.947, apresentando uma redução muito significativa face ao valor de 2009.

O resultado técnico da retrocessão foi negativo e no montante de m€ 509,9 e respeita aos Tratados de Resseguro estabelecido com a seguradora Cares e com a resseguradora Munich Re.

O resultado técnico de seguro directo foi positivo e no valor de m€ 78,9.

9.2. Custos por Natureza a Imputar

Os Custos por Natureza a Imputar atingiram o valor de m€ 13.964. Estes custos distribuíram-se do seguinte modo:

	2010	2009	Var. (%)
Despesas com Pessoal	7 524 287	6 389 748	18
FSE	5 790 775	6 294 215	-8
Impostos e Taxas	183 192	9 296	1 871
Comissões (Serv. Bancários) e Juros	136 676	267 959	-49
Amortizações Imob. Corpóreo	328 794	295 375	11
Total	13 963 724	13 256 594	5
% do total de Prémios SD+RA	8,0%	7,9%	

Os Custos com Pessoal registaram um crescimento na ordem dos 18%, que se justifica essencialmente pelos movimentos de entrada ocorridos em 2009, que se situaram no final do ano, tendo tido, como tal, impacto parcial em 2009 e total em 2010.

Os Fornecimentos e Serviços Externos traduziram uma diminuição de aproximadamente 8%, que resulta da integração de tarefas nos órgãos de estrutura transversais da CSS e da externalização de tarefas.

O crescimento acentuado em Impostos e Taxas resulta da constituição de provisão para custos judiciais.

A redução da taxa de juro Euribor justifica o decréscimo dos custos com comissões bancárias e juros.

As amortizações mostram uma variação positiva de 11%, decorrente de investimentos que permitirão potenciar a melhoria da eficiência operacional.

9.3. Provisões Técnicas

As Provisões Técnicas de Seguro Directo e de Resseguro Aceite apresentaram M€ 74,4, sendo M€ 22,6 relativos a Provisão Para Prémios Não Adquiridos e M€ 51,4 relativos a Provisão Para Sinistros, os restantes M€ 0,4 reflectem a Provisão para Riscos em Curso.

A Multicare terminou o exercício de 2010 com um montante de activos passíveis de serem afectos à representação das provisões técnicas de M€ 111,4, conduzindo a um rácio de cobertura das provisões técnicas de Seguro Directo e de Resseguro Aceite de 150%.

A Companhia tem, assim, inteiramente cobertas as suas responsabilidades para com segurados e terceiros e cumpre os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras, bem como os níveis de Margem de Solvência e do Fundo de Garantia, excedendo, significativamente, os valores mínimos legalmente fixados.

Cobertura das Responsabilidades Assumidas pela MultiCare

(Valores em Euros)

Activos de Representação das Prov. Técnicas	2010	%	2009	%
Acções e Outros Títulos de Rend. Var.	4 451 590	4	2 594 249	2
Obrigações e Outros Títulos de Rend. Fixo	33 668 207	30	33 730 564	32
Depósitos e Caixa	354 087	0	1 144 301	1
Empréstimos e contas a receber				
Depósitos junto de Empresas Cedentes	72 941 209	65	67 645 260	64
Outros Depósitos	0	0	800 013	1
Total de Activos	111 415 093	100	105 914 388	100
Provisões Técnicas	74 357 322		69 169 894	
Empréstimo Subordinado	15 000 000		15 000 000	
Total Responsabilidades	89 357 322		84 169 894	
Rácio de Cobertura S/ Provisões Técnicas	150%		153%	
Rácio de Cobertura Total Responsabilidades	125%		126%	

9.4. Resultado Líquido

O Resultado Técnico, conjuntamente com o Resultado Financeiro, conduziu a um resultado líquido positivo de € 603,8, uma melhoria face a 2009 decorrente da redução da sinistralidade:

(Valores em Euros)

Resultados	2010	2009
Resultado Técnico	14 825 607	14 505 909
Custos por Natureza a Imputar	-13 963 724	-13 256 594
Resultado de Exploração	861 883	1 249 315
Proveitos não Afectos	+14 671	+929
Outros Encargos	-89 897	-459 085
Resultados Antes de Impostos	786 657	791 159
Imposto s/ Rendimento	-182 850	-321 532
Resultado Líquido	603 807	469 627

(*) Os outros encargos incluem diferenças de câmbio, perdas de imparidade e ganhos pela valorização de activos

9.4. Capital Próprio

O Capital Próprio ascendeu a € 26.980 e traduz uma ligeira redução face a 2009, declina-se da seguinte forma:

(Valores em Euros)

Capital Próprio	2010	2009
Capital	18 000 000	18 000 000
Reservas	8 365 160	8 505 681
Resultados Transitados	10 918	18 198
Resultado do Exercício	603 807	469 627
Total	26 979 885	26 993 506

A evolução verificada deveu-se, essencialmente, à reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos.

10. Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido é positivo e ascende a € 603.806,88 (Seiscentos e três mil, oitocentos e seis euros e oitenta e oito cêntimos).

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração vem propor à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

Reserva Legal (10%)	€ 60 380,69
Remanescente à disposição da Assembleia Geral	€ 543 426,19
Total	€ 603 806,88

11. Perspectivas de Evolução

A Multicare integra o Grupo Caixa Seguros e Saúde, e neste contexto, alinha as suas orientações estratégicas com as definidas pelo grupo. Assim, a sua actuação será alicerçada nos objectivos estratégicos da CSS, sendo estes:

- Redução da taxa de sinistralidade
- Redução da taxa de Custos de Gestão
- Crescimento da Área Internacional

Neste sentido a Multicare baseia a sua actuação promovendo uma Cultura Empresarial forte, de forma a garantir a melhoria continua e uma atitude de inovação permanente e de responsabilidade social, que visam consolidar o Sistema Organizacional, orientado para a Satisfação do Cliente.

O Plano Estratégico, para 2011, exigirá um empenho redobrado de todos os colaboradores e estabelece um conjunto bastante exigente de objectivos, nomeadamente:

- Equilíbrio de Exploração Técnica do Ramo;
- Manutenção da Quota de Mercado;
- Redução do Rácio de Despesa;
- Optimização de Processos e Recursos;
- Consolidação do Sistema de Qualidade;
- Internacionalização do Serviço.

Espera-se que a actividade do ano 2011, seja caracterizada pela manutenção da estabilidade do negócio e orientada, essencialmente, para a melhoria contínua do serviço, garantia de qualidade e racionalização de custos.

12. Considerações Finais

Conforme disposto no artigo 21 do D.L. n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

No decurso do exercício de 2010 verificaram-se alterações na composição do Conselho de Administração, tendo deixado de exercer funções de Vogal do mesmo Órgão o Senhor Dr. José Manuel Alvarez Quintero, ao qual o Conselho endereça uma palavra de especial apreço e reconhecimento.

Ao concluir o presente Relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos aqueles que contribuíram para a actividade da Companhia, salientando particularmente:

- O Conselho Fiscal, pelo interesse e empenho colocados no acompanhamento e controlo da actividade da Companhia;
- O Accionista, pelo apoio prestado ao desenvolvimento da actividade da Companhia;
- Os Colaboradores, pelo empenho e competência demonstrado ao longo do exercício;
- Os Clientes, pela preferência com que distinguiram a Multicare e pelo estímulo à permanente melhoria das suas realizações.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2010

O Conselho de Administração

Presidente

Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., representada por:

Armando António Poço Pires

Vogais

José António Rodrigues Nunes Coelho

Carlos Vaz de Macedo Cunha Coutinho

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques

Maria João Carço Honório Paulino de Sales Luís

Anexo ao Relatório de Gestão a que se Refere o Artigo 448º, do Código das Sociedades Comerciais

À data do encerramento do exercício de 2010, encontrava-se na situação prevista no artigo 448º, do Código das Sociedades Comerciais a CAIXA SEGUROS E SAÚDE – SGPS, S.A., titular de 3.600.000 de acções representativas de 100% do capital social e dos direitos de voto da Multicare Seguros de Saúde, S.A.

O Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras

Balancos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

Balanco	Notas	2010			2009
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 e 6	4 130 009	-	4 130 009	5 351 989
Activos disponíveis para venda	4 e 6 (anexo 1)	38 119 797	-	38 119 797	36 324 814
Empréstimos e contas a receber	6	72 941 209	-	72 941 209	68 445 273
Depósitos junto de empresas cedentes	5	72 941 209	-	72 941 209	67 645 260
Outros depósitos	5	-	-	-	800 013
Outros activos tangíveis	6 e 7	707 924	(416 824)	291 100	418 264
Inventários		18 674	-	18 674	-
Outros activos intangíveis	8	823 707	(527 514)	296 193	290 316
Provisões técnicas de resseguro cedido		327 832	-	327 832	312 649
Provisão para prémios não adquiridos	9	327 832	-	327 832	312 649
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		4 224 772	(15 732)	4 209 040	3 481 795
Contas a receber por operações de seguro directo	10	457 469	-	457 469	589
Contas a receber por outras operações de resseguro	10	2 940 206	-	2 940 206	1 711 190
Contas a receber por outras operações	10 e 28	827 097	(15 732)	811 365	1 770 016
Activos por impostos		274 781	-	274 781	166 763
Activos por impostos diferidos	11	274 781	-	274 781	166 763
Acréscimos e diferimentos	12	159 865	-	159 865	108 316
TOTAL ACTIVO		121 728 570	(960 070)	120 768 500	114 900 179

Balanços em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

Balanço	Notas	2010	2009
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas		74 357 322	69 169 895
Provisão para prémios não adquiridos	13	22 572 214	24 000 395
Provisão para sinistros		51 388 421	44 715 072
De outros ramos	13 (anexo 2)	51 388 421	44 715 072
Provisão para riscos em curso	13	396 687	454 428
Outros passivos financeiros		15 000 000	15 000 000
Passivos subordinados	14	15 000 000	15 000 000
Outros credores por operações de seguros e outras operações		2 708 743	1 239 733
Contas a pagar por operações de seguro directo	15	1 492 522	64 587
Contas a pagar por outras operações de resseguro	15	15 787	53 260
Contas a pagar por outras operações	15	1 200 434	1 121 886
Passivos por impostos		360 751	333 612
Passivos por impostos correntes	11	359 333	333 612
Passivos por impostos diferidos	11	1 418	-
Acréscimos e diferimentos	16	1 193 054	2 163 433
Outras Provisões	17	168 745	-
TOTAL PASSIVO		93 788 615	87 906 673
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	18	18 000 000	18 000 000
Reservas de reavaliação		(803 151)	(476 469)
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	19	(803 151)	(476 469)
Reserva por impostos diferidos	19	216 074	106 820
Outras reservas	19	8 952 237	8 875 330
Resultados transitados	19	10 918	18 198
Resultado do exercício	19	603 807	469 627
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		26 979 885	26 993 506
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		120 768 500	114 900 179

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2011

**O Director de Contabilidade e
Informação Financeira
e Técnico Oficial de Contas**

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Conselho de AdministraçãoArmando António do Poço Pires
Presidente

Carlos Vaz de Macedo da Cunha Coutinho

Rogério Miguel Campos Henriques

José António Rodrigues Nunes Coelho

Maria João Carçoço Honório Paulino de Sales Luís

Contas de Ganhos e Perdas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

Contas de Ganhos e Perdas	Notas	2010			2009
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		172 938 722	-	172 938 722	167 203 115
Prémios brutos emitidos	20 (anexo 4)	174 164 606	-	174 164 606	168 288 173
Prémios de resseguro cedido	20 (anexo 4)	(683 241)	-	(683 241)	(648 638)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	13 e 20 (anexo 4)	(557 826)	-	(557 826)	(431 938)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	20 (anexo 4)	15 183	-	15 183	(4 482)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(150 548 715)	-	(150 548 715)	(159 450 188)
Montantes pagos		(145 088 593)	-	(145 088 593)	(160 393 488)
Montantes brutos	21 (anexo 3)	(145 088 593)	-	(145 088 593)	(160 393 488)
Provisão para sinistros (variação)		(5 460 122)	-	(5 460 122)	943 300
Montante bruto	21 (anexo 3)	(5 460 122)	-	(5 460 122)	943 300
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	13	57 742	-	57 742	578 784
Custos e gastos de exploração líquidos		(23 503 556)	-	(23 503 556)	(10 577 085)
Custos de aquisição	22 (anexo 4)	(21 733 800)	-	(21 733 800)	(7 609 014)
Custos de aquisição diferidos (variação)	13 (anexo 4)	1 986 007	-	1 986 007	(325 259)
Gastos administrativos	22 (anexo 4)	(3 913 953)	-	(3 913 953)	(2 756 247)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(anexo 4)	158 190	-	158 190	113 435
Rendimentos		1 961 456	14 671	1 976 127	3 536 738
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	24	1 961 456	228	1 961 684	3 536 738
Outros	24	-	14 443	14 443	-
Gastos financeiros		(39 784)	(3 983)	(43 767)	(41 120)
Outros	22 e 25	(39 784)	(3 983)	(43 767)	(41 120)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		123 962	-	123 962	359 994
De activos disponíveis para venda	26	123 962	-	123 962	359 994
Diferenças de câmbio	27	50 386	-	50 386	19 271
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		(482 635)	(607)	(483 242)	(512 259)
De activos disponíveis para venda	28	(482 635)	-	(482 635)	(497 134)
De outros	28	-	(607)	(607)	(15 125)
Outros rendimentos/gastos	29	-	218 998	218 998	(326 091)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		557 578	229 079	786 657	791 159
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	11	-	(180 196)	(180 196)	(244 109)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	11	-	(2 654)	(2 654)	(77 423)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		557 578	46 229	603 807	469 627

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2011

**O Director de Contabilidade e
Informação Financeira
e Técnico Oficial de Contas**

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Conselho de AdministraçãoArmando António do Poço Pires
Presidente

Carlos Vaz de Macedo da Cunha Coutinho

Rogério Miguel Campos Henriques

José António Rodrigues Nunes Coelho

Maria João Carço Honório Paulino de Sales Luís

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos:		
Prémios recebidos, líquidos de resseguro	173 481 368	167 639 536
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(139 094 521)	(154 263 540)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	(21 723 856)	(3 166 301)
Recebimentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	4 160 178	-
Resultados cambiais	50 386	19 271
Recebimentos a empregados e fornecedores	(14 336 990)	(12 741 927)
Outros	181 201	(359 499)
	2 717 766	(2 872 460)
 (Aumentos) / diminuições nos activos operacionais		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	(472 671)	1 550 219
Devedores por outras operações	958 044	(1 548 827)
	485 373	1 393
 Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Credores por operações de seguro directo e resseguro	1 390 462	(993 236)
Credores por outras operações	78 548	639 325
Outros passivos	24 053	4 529
	1 493 063	(349 381)
Caixa líquida das actividades operacionais antes de impostos	4 696 202	(3 220 448)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(178 528)	(807 798)
Caixa líquida das actividades operacionais	4 517 674	(4 028 246)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de:		
Activos financeiros disponíveis para venda	16 127 685	11 365 256
Empréstimos e contas a receber	800 013	-
Rendimentos de activos financeiros	1 969 120	3 585 409
Outros recebimentos	14 443	-
	18 911 262	14 950 665
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de:		
Activos financeiros disponíveis para venda	(18 615 460)	(12 649 186)
Empréstimos e contas a receber	(5 295 950)	-
Activos tangíveis e intangíveis	(207 507)	(234 620)
Outros	(18 674)	-
	(24 137 590)	(12 883 806)
Caixa líquida das actividades de investimento	(5 226 329)	2 066 859
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Juros de passivos subordinados	(113 325)	(294 961)
Distribuição de Dividendos	(400 000)	(1 000 000)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(513 325)	(1 294 961)
 Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(1 221 980)	(3 256 348)
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 351 989	8 608 337
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 130 009	5 351 989

Demonstração de Variações do Capital Próprio nos Exercícios de 2010 e 2009

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reservas por Impostos Diferidos	Reserva legal	Outras Reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
					Prémios de emissão	Outras reservas			
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	18 000 000	(2 286 635)	545 911	100 655	7 200 000	905 897	18 198	1 668 778	26 152 804
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	1 810 166	(439 091)	-	-	-	-	-	1 371 075
Aplicação do resultado	-	-	-	200 000	-	468 778	1 000 000	(1 668 778)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(1 000 000)	-	(1 000 000)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	469 627	469 627
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	18 000 000	(476 469)	106 820	300 655	7 200 000	1 374 675	18 198	469 627	26 993 506
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	(326 682)	109 254	-	-	-	-	-	(217 428)
Aplicação do resultado	-	-	-	48 000	-	28 907	392 720	(469 627)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(400 000)	-	(400 000)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	603 807	603 807
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	18 000 000	(803 151)	216 074	348 655	7 200 000	1 403 582	10 918	603 807	26 979 885

Demonstração do Rendimento Integral para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

	2010	2009
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	603 807	469 627
Varição em valias potenciais de activos financeiros disponíveis para venda	(326 682)	1 810 166
Imposto diferido	109 254	(439 091)
RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRECTAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	(217 428)	1 371 075
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	386 379	1 840 702

3.

Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2010

1. Nota Introdutória

A Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare” ou “Companhia”) é uma sociedade anónima constituída em Portugal em 13 de Março de 2007. A Companhia tem por objecto social o exercício da actividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda actividades conexas com as de seguros e de resseguros.

A Companhia é a subsidiária da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. vocacionada para a gestão de seguros de saúde, para o que possui uma rede convencionada de prestadores de cuidados de saúde. Durante o ano de 2007 foram celebrados tratados de resseguro aceite com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. e com a Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., através dos quais a Companhia passou a assegurar a gestão das carteiras destas entidades com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2007.

As demonstrações financeiras da Multicare em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de Fevereiro de 2011. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº 20/2007-R, de 31 de Dezembro, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, excepto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

2.2. Conversão de Saldos e Transacções em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.3. Instrumentos Financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adopção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:

- Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
- Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas, e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, na rubrica “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" ou "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", respectivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em "Rendimentos", da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
 - Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transacções recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

c) Imparidade de activos financeiros

A Companhia efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros, incluindo activos registados ao custo amortizado e activos financeiros disponíveis para venda.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Activos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo reflectido em balanço como uma dedução ao valor do activo a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.3. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos activos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objectiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos valias potenciais superiores a 50%, face ao respectivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objectiva de imparidade a existência de menos valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.4. Outros Activos Tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de Vida Útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A Companhia avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis.

2.5. Locação Financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em "Outros activos tangíveis" e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em gastos do exercício.

2.6. Activos Intangíveis

Esta rubrica inclui os custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Companhia.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.7. Impostos Sobre Lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2010 e 2009 corresponde a 26,5%, acrescida no exercício de 2010 da respectiva Derrama Estadual determinada nos termos da Lei nº. 12-A/2010, de 30 de Junho, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000.000 Euros.

A Companhia é detida a 100% pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., sendo tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) segundo o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 69º e seguintes do respectivo código.

O lucro tributável do grupo do qual a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente, corrigido da parte dos lucros distribuídos entre as sociedades do grupo que se encontre incluída nas bases tributáveis individuais.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a imparidades temporariamente não aceites fiscalmente e a mais e menos valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

Na sequência da adopção do novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aplicável a partir do exercício de 2008, tornou-se necessário adaptar as regras de determinação do lucro tributável, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"), à nova regulamentação contabilística aplicável ao sector segurador, tendo sido publicado o regime fiscal transitório através do Decreto-lei n.º 237/2008, de 15 de Dezembro.

Neste âmbito, por força da aplicação do novo diploma para efeitos de determinação do lucro tributável, a partir de 1 de Janeiro de 2008 é revogado o artigo 79-A.º do Código do IRC e consagrada uma regra ao abrigo da qual os efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes decorrentes da aplicação do novo PCES, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável correspondente ao exercício iniciado em 2008 e aos quatro exercícios subsequentes.

2.8. Provisões e Passivos Contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.9. Contratos de Seguro e Contratos de Investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro e resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efectuado de acordo com o normativo do Instituto de Seguros de Portugal. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela norma IFRS 4 – “Contratos de seguro”, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida são registados quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de ganhos e perdas.

Estes prémios, bem como os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “Pró-rata temporis” aos respectivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro, incluindo comissões e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e reflectidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respectivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. As provisões para sinistros registadas pela Companhia não são descontadas.

A provisão para sinistros é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões é avaliada/validada ao longo do ano pelo actuário responsável, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

As análises realizadas contemplam responsabilidades directas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro.

e) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

g) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

2.10. Comissões

Conforme referido na Nota 2.3., as comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efectiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de actos únicos.

2.11. Benefícios dos Empregados

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a Companhia não tem quaisquer responsabilidades com pensões de reforma ou com outros benefícios de longo prazo atribuídos aos seus empregados.

2.12. Caixa e Seus Equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem".

2.13. Estimativas Contabilísticas Críticas e Aspectos Julgamentais mais Relevantes na Aplicação das Políticas Contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Multicare – Seguros de Saúde, S.A.. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

As perdas por imparidade em activos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade em activos disponíveis para venda tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efectuada pela Multicare com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Multicare considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de activos disponíveis para venda, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.3. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.9. acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

3. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Depósitos à ordem		
No País		
Afectos	354 087	1 144 301
Não afectos	3 775 922	4 207 688
	4 130 009	5 351 989

4. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 28)	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 19)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores nacionais	1 004 927	19 168	1 024 095	-	1 024 095	(102 076)	922 019
De emissores estrangeiros	8 441 927	150 414	8 592 341	-	8 592 341	(338 484)	8 253 857
De outros emissores							
De emissores nacionais	1 251 679	15 667	1 267 346	-	1 267 346	(50 763)	1 216 583
De emissores estrangeiros	23 378 758	226 391	23 605 149	-	23 605 149	(329 402)	23 275 747
	34 077 291	411 640	34 488 931	-	34 488 931	(820 725)	33 668 206
Instrumentos de capital							
Valorizados ao justo valor							
De emissores estrangeiros	4 242 535	-	4 242 535	(169 878)	4 072 657	17 574	4 090 231
	4 242 535	-	4 242 535	(169 878)	4 072 657	17 574	4 090 231
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	491 999	-	491 999	(130 639)	361 360	-	361 360
	491 999	-	491 999	(130 639)	361 360	-	361 360
	38 811 825	411 640	39 223 465	(300 517)	38 922 948	(803 151)	38 119 797

(Valores em Euros)

	2009						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 28)	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 19)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores nacionais	549 335	7 391	556 726	-	556 726	(1 700)	555 026
De emissores estrangeiros	7 312 501	155 457	7 467 958	-	7 467 958	(84 192)	7 383 766
De outros emissores							
De emissores nacionais	703 454	13 799	717 253	-	717 253	7 146	724 399
De emissores estrangeiros	24 857 585	285 488	25 143 073	-	25 143 073	(75 698)	25 067 375
	33 422 875	462 135	33 885 010	-	33 885 010	(154 444)	33 730 566
Instrumentos de capital							
Valorizados ao justo valor							
De emissores nacionais	88 619	-	88 619	(16 836)	71 783	(7 666)	64 117
De emissores estrangeiros	2 514 491	-	2 514 491	-	2 514 491	(173 499)	2 340 992
	2 603 110	-	2 603 110	(16 836)	2 586 274	(181 165)	2 405 109
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	329 999	-	329 999	-	329 999	(140 860)	189 139
	329 999	-	329 999	-	329 999	(140 860)	189 139
	36 355 984	462 135	36 818 119	(16 836)	36 801 283	(476 469)	36 324 814

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros instrumentos” corresponde a investimentos em unidades de participação de fundos de investimento geridos por entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

5. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Depósitos junto de empresas cedentes		
Fidelidade Mundial	53 629 972	48 296 462
Império Bonança	19 311 237	19 348 798
	72 941 209	67 645 260
Outros depósitos:		
Depósitos a prazo	-	800 013
	72 941 209	68 445 273

Os depósitos junto de empresas cedentes correspondem a provisões retidas pelos cedentes no âmbito dos tratados de resseguro em vigor, sendo remunerados à taxa Euribor a 12 meses.

6. Afecção dos Investimentos e Outros Activos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a afecção dos investimentos e outros activos pode ser resumida da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2010		
	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	354 087	3 775 922	4 130 009
Activos financeiros disponíveis para venda	38 119 797	-	38 119 797
Empréstimos concedidos e contas a receber	72 941 209	-	72 941 209
Outros activos tangíveis	-	291 100	291 100
	111 415 093	4 067 022	115 482 115

(Valores em Euros)

	2009		
	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 144 301	4 207 688	5 351 989
Activos financeiros disponíveis para venda	36 324 814	-	36 324 814
Empréstimos concedidos e contas a receber	68 445 273	-	68 445 273
Outros activos tangíveis	-	418 264	418 264
	105 914 388	4 625 952	110 540 340

7. Outros Activos Tangíveis

Nos exercícios de 2010 e 2009, o movimento nas rubricas de outros activos tangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2010						
	Saldo em 31.12.2009				Saldo em 31.12.2010		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Adições	Amortizações do exercício (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor Líquido
Equipamento							
Equipamento administrativo	183 102	(76 848)	3 080	(34 736)	186 182	(111 584)	74 598
Máquinas e ferramentas	90 519	(65 924)	-	(17 200)	90 519	(83 124)	7 394
Equipamento informático	193 483	(73 144)	139	(46 972)	193 622	(120 116)	73 506
Instalações interiores	237 601	(70 525)	-	(31 474)	237 601	(101 999)	135 602
	704 705	(286 441)	3 219	(130 383)	707 924	(416 824)	291 100

(Valores em Euros)

	2009						
	Saldos em 31.12.2008		Adições	Amortizações do exercício (Nota 22)	Saldos em 31.12.2009		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas			Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor Líquido
Equipamento							
Equipamento administrativo	181 934	(43 378)	1 168	(33 471)	183 102	(76 848)	106 254
Máquinas e ferramentas	84 452	(37 832)	6 067	(28 091)	90 519	(65 924)	24 595
Equipamento informático	62 659	(45 971)	130 824	(27 173)	193 483	(73 144)	120 339
Instalações interiores	237 601	(39 051)	-	(31 474)	237 601	(70 525)	167 076
	566 646	(166 232)	138 059	(120 209)	704 705	(286 441)	418 264

8. Outros Activos Intangíveis

Nos exercícios de 2010 e 2009, o movimento nas rubricas de outros activos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2010							
	Saldos em 31.12.2009		Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício (Nota 22)	Saldos em 31.12.2010		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas				Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor Líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	556 179	(329 103)	204 287	63 240	(198 411)	823 707	(527 514)	296 193
Activos intangíveis em curso	63 240	-	-	(63 240)	-	-	-	-
	619 419	(329 103)	204 287	-	(198 411)	823 707	(527 514)	296 193

(Valores em Euros)

	2009						
	Saldos em 31.12.2008		Adições	Amortizações do exercício (Nota 22)	Saldos em 31.12.2009		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas			Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor Líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	522 857	(153 937)	33 322	(175 166)	556 179	(329 103)	227 076
Activos intangíveis em curso	-	-	63 240	-	63 240	-	63 240
	522 857	(153 937)	96 562	(175 166)	619 419	(329 103)	290 316

As aquisições efectuadas em 2010 incluem 121.000 Euros relativos à compra de uma licença de utilização de software.

Em 31 de Dezembro de 2009, os activos intangíveis em curso correspondem essencialmente a encargos com a implementação e desenvolvimento de aplicações informáticas de suporte ao negócio.

9. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010	2009
	Prémios diferidos	Prémios diferidos
Doença	327 832	312 649
	327 832	312 649

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2010		
	Saldo Inicial	Responsabilidades originadas no período (Nota 20)	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos:			
Doença	312 649	15 183	327 832
	312 649	15 183	327 832

(Valores em Euros)

	2009		
	Saldo Inicial	Responsabilidades originadas no período (Nota 20)	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos:			
Doença	317 131	(4 482)	312 649
	317 131	(4 482)	312 649

10. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2010	2009
Contas a receber por operações de seguro directo:		
Tomadores de Seguros		
Contas de cobrança	-	589
Mediadores:		
Contas correntes	457 469	-
	457 469	589
Contas a receber por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores - Empresas do Grupo	102 488	-
Contas correntes de ressegurados - Empresas do Grupo	2 837 718	1 711 190
	2 940 206	1 711 190
Contas a receber por outras operações:		
Empresas do grupo	742 961	1 000 674
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	1 591 674
Adiantamentos ao pessoal	6 090	6 284
Outros	78 046	187 183
	827 097	1 785 141
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 28)	(15 732)	(15 125)
	811 365	1 770 016
	4 209 040	3 481 795

As operações sobre valores mobiliários a regularizar correspondem às vendas de títulos que se encontravam pendentes de liquidação financeira.

11. Imposto Sobre o Rendimento

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(247 178)	(256 132)
Imposto do selo	-	(302)
Taxa para o Instituto de Seguros de Portugal	(1 535)	(2 542)
Instituto Nacional de Emergência Médica	-	(5)
Segurança Social	(49 209)	(37 029)
Retenções	(57 781)	(36 797)
Outros	(3 630)	(805)
	(359 333)	(333 612)
Activos por impostos diferidos	274 781	166 763
Passivos por impostos diferidos	(1 418)	-
	273 363	166 763
	(85 970)	(166 849)

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	Saldo em 31.12.2009	2010 Variação em		Saldo em 31.12.2010
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de activos financeiros				
disponíveis para venda	106 820	109 254	-	216 074
Provisões e imparidade temporariamente				
não aceites fiscalmente	36 358	-	20 931	57 289
Outros	23 585	-	(23 585)	-
	166 763	109 254	(2 654)	273 363

(Valores em Euros)

	Saldo em 31.12.2008	2009 Variação em		Saldo em 31.12.2009
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de activos financeiros				
disponíveis para venda	545 911	(439 091)	-	106 820
Provisões e imparidade temporariamente				
não aceites fiscalmente	126 217	-	(89 859)	36 358
Outros	11 149	-	12 436	23 585
	683 277	(439 091)	(77 423)	166 763

Os custos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Impostos correntes		
Do exercício	239 209	247 236
Tributações Autónomas	23 880	14 186
Outros	(82 893)	(17 313)
	180 196	244 109
Impostos diferidos	2 654	77 423
Total de impostos em resultados	182 850	321 532
Lucro antes de impostos	786 657	791 159
Carga fiscal	23.24%	40.64%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2010		2009	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		786 657		791 159
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	208 464	26,50%	209 657
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de instrumentos de capital	(0,82%)	(25 338)	(0,09%)	(741)
Mais e menos valias fiscais	(1,33%)	(40 924)	0,00%	-
Excesso de estimativa de imposto	(2,69%)	(82 893)	0,00%	-
Diferenças definitivas a acrescentar:				
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0,16%	4 967	0,25%	2 004
Menos valias não dedutíveis	0,00%	-	16,58%	131 201
Outras	3,22%	99 092	0,12%	927
Benefícios fiscais:				
Criação líquida de postos de trabalho	(1,14%)	(35 245)	(1,74%)	(13 750)
Outros	(0,04%)	(1 277)	(0,16%)	(1 244)
Tributação autónoma	0,77%	23 880	3,03%	23 991
Outros	1,04%	32 124	(3,86%)	(30 513)
	23,24%	182 850	40,64%	321 532

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais. Contudo, nas situações em que tenham sido concedidos benefícios fiscais, se encontrem em curso inspecções, reclamações ou impugnações, os prazos são alargados ou suspensos, dependendo estes das circunstâncias.

Neste sentido, as declarações fiscais da Companhia dos anos de 2007 a 2010 ainda poderão ser sujeitas a revisão. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Multicare, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

12. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Gastos diferidos:		
Rendas e alugueres	43 500	-
Assistência a equipamento informático	41 692	30 412
Licenças de software	40 526	62 343
Publicidade	24 659	-
Seguros	9 488	15 560
	159 865	108 316

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Publicidade" respeita a pagamentos antecipados com campanhas publicitárias a serem realizadas em 2011.

13. Provisões Técnicas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as provisões técnicas de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010	2009
	Não Vida	Não Vida
Provisão para prémios não adquiridos	22 572 214	24 000 395
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	39 640 984	30 863 349
Sinistros não declarados (IBNR)	11 747 437	13 851 723
	51 388 421	44 715 072
Provisão para riscos em curso	396 687	454 428
	74 357 322	69 169 895

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as provisões para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010			2009		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Doença	25 819 718	(3 247 504)	22 572 214	25 261 892	(1 261 497)	24 000 395
	25 819 718	(3 247 504)	22 572 214	25 261 892	(1 261 497)	24 000 395

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro directo e resseguro aceite durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2010		
	Saldo Inicial	Responsabilidades originadas no período (Nota 20)	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos:			
Doença	25 261 892	557 826	25 819 718
Custos de aquisição diferidos:			
Doença	(1 261 497)	(1 986 007)	(3 247 504)
	24 000 395	(1 428 180)	22 572 214

(Valores em Euros)

	2009		
	Saldo Inicial	Responsabilidades originadas no período (Nota 20)	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos:			
Doença	24 829 954	431 938	25 261 892
Custos de aquisição diferidos:			
Doença	(1 586 756)	325 259	(1 261 497)
	23 243 198	757 197	24 000 395

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as provisões para sinistros de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Ramo doença:		
Sinistros declarados	37 023 304	29 162 989
Sinistros não declarados	11 747 437	13 851 723
Despesas de regularização de sinistros	2 617 680	1 700 360
	51 388 421	44 715 072

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro directo e resseguro aceite durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2010			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos (Nota 21)	Saldo final
Seguros não vida:				
Doença	44 715 072	145 767 870	(139 094 521)	51 388 421

(Valores em Euros)

	2009			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos (Nota 21)	Saldo final
Seguros não vida:				
Doença	45 658 372	153 320 240	(154 263 540)	44 715 072

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros.

Os movimentos ocorridos nas provisões para riscos em curso de seguro directo e resseguro aceite durante os exercícios de 2010 e 2009 foram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2010		
	Saldo Inicial	Dotações no período	Saldo final
Doença	454 428	(57 742)	396 687
	454 428	(57 742)	396 687

(Valores em Euros)

	2009		
	Saldo Inicial	Dotações no período	Saldo final
Doença	1 033 212	(578 784)	454 428
	1 033 212	(578 784)	454 428

14. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica corresponde a um empréstimo subordinado concedido pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., o qual vence juros trimestralmente à taxa Euribor a três meses.

Este empréstimo não tem prazo de reembolso definido e cumpre as condições de subordinação para inclusão nos elementos constitutivos da margem de solvência estabelecidos pelo artº 96º do D.L. nº 94-B/98, de 17 de Abril.

15. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2010	2009
Contas a pagar por operações de seguro directo:		
Mediadores:		
Conta corrente	1 484 696	64 570
Tomadores de seguro:		
Estornos a Pagar	-	17
Co-seguradoras:		
Conta corrente	7 826	-
	1 492 522	64 587
Contas a pagar por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	15 787	53 260
Contas a pagar por outras operações:		
Empresas do grupo	954	142 766
Fornecedores de activos tangíveis	88 104	121 098
Fornecedores	1 108 818	453 399
Pessoal	2 429	906
Outros	128	403 717
	1 200 434	1 121 886
	2 708 743	1 239 733

16. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Acréscimos de gastos:		
Bónus a pagar ao pessoal	318 432	318 432
Férias e subsídio de férias a pagar	320 131	333 872
Facturas em conferência	211 638	1 044 969
Outros custos com pessoal	80 713	58 024
Encargos sobre remunerações	75 200	73 351
Auditoria	3 066	66 842
Comissões a pagar	9 030	-
Outros	174 843	267 943
	1 193 054	2 163 433

17. Outras Provisões

O movimento nestas rubricas durante o exercício de 2010 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2010		
	Saldos em 31.12.2009	Reforços	Saldos em 31.12.2010
Outras provisões			
Provisões para impostos	-	18 745	18 745
Outras provisões	-	150 000	150 000
	-	168 745	168 745

A rubrica “ Outras Provisões ” destina-se a fazer face a processos judiciais decorrentes da actividade da Companhia.

18. Capital

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. é integralmente detido pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. estando representado por 3,6 milhões de acções com o valor nominal de 5 Euros cada e está integralmente realizado.

Durante os exercícios de 2010 e 2009 não ocorreu qualquer aumento de capital.

Os resultados dos exercícios de 2009 e 2008 foram aplicados conforme indicado:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Aplicação de resultados do exercício:		
Reserva Legal	48 000	200 000
Reservas Livres	28 907	468 778
Dividendos	392 720	1 000 000
	469 627	1 668 778

No exercício de 2010, a Companhia distribuiu dividendos no montante de 400.000 Euros, como segue:

(Valores em Euros)

Resultado do exercício de 2009	392 720
Resultados transitados	7 280
	400 000

19. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2010	2009
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor:		
- De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4)	(803 151)	(476 469)
Reserva por impostos diferidos:		
- De activos financeiros disponíveis para venda	216 074	106 820
Reserva de reavaliação, líquida de impostos diferidos	(587 077)	(369 649)
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva legal	348 655	300 655
- Prémios de emissão	7 200 000	7 200 000
- Outras reservas	1 403 582	1 374 675
	8 952 237	8 875 330
Resultados transitados	10 918	18 198
Resultado do exercício	603 807	469 627
	8 979 885	8 993 506

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal até à concorrência do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As "Reservas de reavaliação" reflectem as mais e menos valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda.

20. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010			2009		
	Seguro directo e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Ramo não vida:						
Prémios brutos emitidos						
Doença	174 164 606	(683 241)	173 481 365	168 288 173	(648 638)	167 639 535
Variação da provisão para prémios não adquiridos:						
Doença	(557 826)	15 183	(542 643)	(431 938)	(4 482)	(436 420)
Prémios adquiridos:						
Doença	173 606 780	(668 058)	172 938 722	167 856 235	(653 120)	167 203 115

21. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010			2009		
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
Seguro directo e resseguro aceite						
Doença						
- Custos directos (Nota 13)	139 094 521	5 460 122	144 554 643	154 263 540	(943 300)	153 320 240
- Custos imputados	5 994 072	-	5 994 072	6 129 948	-	6 129 948
	145 088 593	5 460 122	150 548 715	160 393 488	(943 300)	159 450 188

22. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2010 e 2009, os custos de exploração incorridos pela Multicare apresentam a seguinte composição por natureza:

	(Valores em Euros)	
	2010	2009
Gastos com pessoal (Nota 23)	7 524 287	6 389 748
Fornecimentos e serviços externos:		
Conservação e reparação	44 407	33 253
Rendas e alugueres	959 585	1 334 071
Gastos com trabalho independente	184 810	167 542
Publicidade e propaganda	121 356	340 460
Trabalhos especializados - call centers	1 598 952	1 581 434
Outros trabalhos especializados	2 354 210	1 909 747
Outros	527 455	927 707
	5 790 775	6 294 215
Impostos e taxas	14 447	9 296
Depreciações e amortizações do exercício	328 794	295 375
Provisões	168 745	-
Encargos com comissões	22 384	23 842
Juros de passivos subordinados	113 325	243 848
Outros	967	270
	13 963 724	13 256 594

Nos exercícios de 2010 e 2009, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2010		
	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Custos de aquisição:			
- Custos imputados	4 011 932	-	4 011 932
- Comissões	17 623 963	-	17 623 963
- Outros	97 905	-	97 905
	21 733 800	-	21 733 800
Gastos administrativos:			
- Custos imputados	3 913 953	-	3 913 953
Gastos financeiros:			
- Custos imputados (Nota 25)	39 784	3 983	43 767
Custos com sinistros - Montantes pagos (Nota 21):			
- Custos imputados	5 994 072	-	5 994 072
- Custos técnicos	139 094 521	-	139 094 521
	145 088 593	-	145 088 593
Total dos custos de exploração imputados	13 959 741	3 983	13 963 724

(Valores em Euros)

	2009		
	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Custos de aquisição:			
- Custos imputados	4 329 279	-	4 329 279
- Comissões	3 279 735	-	3 279 735
	7 609 014	-	7 609 014
Gastos administrativos:			
- Custos imputados	2 756 247	-	2 756 247
Gastos financeiros:			
- Custos imputados (Nota 25)	30 744	10 376	41 120
Custos com sinistros - Montantes pagos (Nota 21):			
- Custos imputados	6 129 948	-	6 129 948
- Custos técnicos	154 263 540	-	154 263 540
	160 393 488	-	160 393 488
Total dos custos de exploração imputados	13 246 218	10 376	13 256 594

23. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Remunerações de:		
Órgãos sociais	640 657	530 004
Pessoal	5 131 762	4 405 801
Encargos sobre remunerações	1 183 695	1 046 470
Benefícios pós-emprego	125 118	34 503
Seguros obrigatórios	88 775	69 070
Gastos de acção social	309 025	251 042
Formação	45 232	52 071
Outros gastos com o pessoal	23	788
	7 524 287	6 389 748

Em 2010 e 2009, o número médio de trabalhadores existente, por categorias, é o seguinte:

	2010	2009
Direcção	2	2
Chefias e gerência	12	11
Técnicos informáticos	6	6
Outros técnicos	16	13
Administrativos	71	65
Auxiliares	1	2
	108	99

Durante os exercícios de 2010 e 2009 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos órgãos sociais:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Conselho de Administração:		
Remunerações	617 693	522 937
Encargos sociais	75 569	79 079
Conselho Fiscal:		
Remunerações	22 964	7 067
Encargos sociais	5 110	1 572
	721 336	610 656

24. Rendimentos

Nos exercícios de 2010 e 2009, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010				2009		
	Juros	Dividendos	Outros	Total	Juros	Dividendos	Total
Investimentos afectos às provisões							
técnicas dos ramos não-vida:							
Activos financeiros disponíveis para venda	894 687	94 777	-	989 464	1 189 254	79 512	1 268 767
Empréstimos concedidos e contas a receber	961 579	-	-	961 579	2 238 210	-	2 238 210
Depósitos à ordem em instituições de crédito	10 413	-	-	10 413	28 833	-	28 833
	1 866 679	94 777	-	1 961 456	3 456 297	79 512	3 535 809
Investimentos não afectos:							
Empréstimos concedidos e contas a receber	228	-	-	228	929	-	929
Outros activos	-	-	14 443	14 443	-	-	-
	228	-	14 443	14 671	929	-	929
	1 866 907	94 777	14 443	1 976 127	3 457 226	79 512	3 536 738

25. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2010 e 2009, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010			2009		
	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados (Nota 22)	39 784	3 983	43 767	30 744	10 376	41 120
	39 784	3 983	43 767	30 744	10 376	41 120

26. Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2010 e 2009, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010			2009		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos não-vida:						
Activos financeiros disponíveis para venda	454 138	(330 176)	123 962	846 842	(486 849)	359 994
	454 138	(330 176)	123 962	846 842	(486 849)	359 994

Os montantes registados nesta rubrica correspondem a mais e menos valias realizadas na alienação de activos financeiros disponíveis para venda.

27. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2010 e 2009, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos não-vida:		
Activos financeiros disponíveis para venda	24 465	16 130
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	25 921	3 142
	50 386	19 271

28. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2010			
	Saldos em 31.12.2009	Reforços	Utilizações	Saldos em 31.12.2010
Imparidade de activos disponíveis para venda (Nota 4)				
Instrumentos de capital	16 836	351 996	(198 954)	169 878
Outros Instrumentos	-	130 639	-	130 639
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 10)	15 125	607	-	15 732
	31 961	483 242	(198 954)	316 249

(Valores em Euros)

	2009			
	Saldos em 31.12.2008	Reforços	Utilizações	Saldos em 31.12.2009
Imparidade de activos disponíveis para venda (Nota 4)				
Instrumentos de capital	-	497 134	(480 297)	16 836
Ajustamentos de crédito de cobrança duvidosa (Nota 10)	-	15 125	-	15 125
	-	512 259	(480 297)	31 961

29. Outros Rendimentos / Gastos

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2010	2009
Rendimentos e ganhos não correntes		
Outros rendimentos	-	88
Rendimentos e ganhos financeiros		
Outros rendimentos e ganhos financeiros	67 421	25 544
Outros Rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	274	90
Outros	269 118	19 955
	336 813	45 677
Gastos e perdas não correntes		
Mecenato	(500)	(2 750)
Multas e penalidades	(690)	(200)
Quotizações diversas	(5 370)	(15 000)
Outros gastos	(1 905)	(39 259)
	(8 465)	(57 209)
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	-	(599)
Outros gastos e perdas financeiras	(109 350)	(313 960)
	(109 350)	(314 559)
	(117 815)	(371 768)
	218 998	(326 091)

30. Relato por Segmentos

Nos exercícios de 2010 e 2009, a totalidade da actividade da Companhia foi realizada em Portugal e é enquadrável no ramo doença.

2010

(Valores em Euros)

	Doença		
	Seguro Individual	Seguro Grupo	Total
Resultado			
Prémios Brutos	60 339 590	113 825 016	174 164 606
Prémios Adquiridos	60 664 370	112 942 410	173 606 780
Sinistralidade	(47 011 343)	(97 543 298)	(144 554 641)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(7 542 449)	(14 181 406)	(21 723 855)
Prov Tecn, Part Result e Out Cust e Prov Tecnicos	5 399 049	646 688	6 045 737
Resultado de Resseguro	(304 589)	(205 280)	(509 869)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	702 099	1 421 901	2 124 000
Valias Não Realizadas e Imparidade	(142 517)	(313 645)	(456 162)
Custos por Natureza	(4 390 946)	(9 572 778)	(13 963 724)
Outros Custos e Proveitos	70 493	147 898	218 391
Imposto sobre Rendimento	(59 035)	(123 815)	(182 850)
	7 385 132	(6 781 325)	603 807
Activos			
Investimentos afectos a provisões tecnicas	28 678 507	82 736 586	111 415 093
Provisões Tecnicas de Resseguro Cedido	99 405	228 427	327 832
Ressegurados e Resseguradoras	734 972	2 189 447	2 924 419
Activos Tangiveis e Intangiveis (liquido)	197 415	408 552	605 967
Acréscimos e Diferimentos	50 334	109 531	159 865
Disponibilidades	1 218 618	2 557 304	3 775 922
	30 979 252	88 229 846	119 209 098
Passivos			
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	6 762 274	15 809 940	22 572 214
Provisão para Sinistros	17 109 512	34 278 909	51 388 421
Outras Provisões Tecnicas	-	396 687	396 687
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	313 819	721 234	1 035 053
Outros Devedores e Credores	123 190	265 879	389 069
Impostos Tecnicos	465	1 070	1 535
Outros Impostos	26 853	57 582	84 435
Outros Passivos Financeiros	4 841 009	10 158 991	15 000 000
Outras Provisões	48 410	120 335	168 745
Acrecimos e diferimentos	378 209	814 845	1 193 054
	29 603 740	62 625 473	92 229 213
Total Segmentos			26 376 078
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos			26 376 078

2009

(Valores em Euros)

	Doença		
	Seguro Individual	Seguro Grupo	Total
Resultado			
Prémios Brutos	61 484 238	106 803 935	168 288 173
Prémios Adquiridos	61 581 336	106 274 898	167 856 235
Sinistralidade	(47 807 374)	(105 512 865)	(153 320 240)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(17 257 958)	(720 112)	(17 978 070)
Prov Tecn, Part Result e Out Cust e Prov Tecnicos	9 692 792	5 259 068	14 951 860
Resultado de Resseguro	(437 605)	(102 080)	(539 685)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	1 247 928	2 665 069	3 912 997
Valias Não Realizadas e Imparidade	(149 827)	(344 301)	(494 128)
Custos por Natureza	(4 341 732)	(8 914 862)	(13 256 594)
Outros Custos e Proveitos	(111 541)	(229 675)	(341 216)
Imposto sobre Rendimento	(105 106)	(216 426)	(321 532)
	2 310 912	(1 841 285)	469 627
Activos			
Investimentos afectos a provisões tecnicas	37 041 730	68 872 658	105 914 388
Provisões Tecnicas de Resseguro Cedido	103 590	209 059	312 649
Ressegurados e Resseguradores	541 966	1 115 964	1 657 930
Outros Devedores e Credores	211 870	436 260	648 130
Activos Tangiveis e Intangiveis (liquido)	231 630	476 950	708 580
Acréscimos e Diferimentos	35 408	72 908	108 316
Disponibilidades	1 375 466	2 832 222	4 207 688
	39 541 660	74 016 021	113 557 681
Passivos			
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	8 247 579	15 752 816	24 000 395
Provisão para Sinistros	14 514 547	30 200 525	44 715 072
Outras Provisões Tecnicas	454 428	-	454 428
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	20 918	43 080	63 998
Impostos Tecnicos	853	1 722	2 575
Outros Impostos	53 700	110 574	164 274
Outros Passivos Financeiros	4 903 402	10 096 598	15 000 000
Acrescimos e diferimentos	707 212	1 456 221	2 163 433
	28 902 639	57 661 536	86 564 175
Total Segmentos			26 523 879
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos			26 523 879

31. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Multicare, as empresas filiais e associadas do Grupo Caixa Geral de Depósitos e os respectivos órgãos de Gestão.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as demonstrações financeiras da Multicare incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de Gestão:

(Valores em Euros)

	2010							
	CAIXA SEGUROS	FIDELIDADE MUNDIAL	IMPÉRIO BONANÇA	CARES	VIA DIRECTA	FM SGII	GEP	EAPS
ACTIVO								
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	327 832	-	-	-	-
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	1 786 268	1 051 450	-	-	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	102 488	-	-	-	-
Accionistas - Empresas do grupo	-	921	735 869	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	43 500	-	-	-	-	-
Depósito junto de cedentes	-	53 629 973	19 311 238	-	-	-	-	-
PASSIVO								
Accionistas - Empresas do grupo	954	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos	-	16 652 255	9 167 463	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	-	37 630 374	10 704 344	-	-	-	-	-
Fornecedores c/c	-	766	395 432	2 965	-	9 799	2 426	-
Empréstimo subordinado	15 000 000	-	-	-	-	-	-	-
CUSTOS								
Custos com sinistros	-	(97 665 592)	(40 220 013)	-	-	-	-	-
Variação provisão prémios não adquiridos	-	3 258 145	(3 815 972)	15 183	-	-	-	-
Variação provisão sinistros resseguro aceite	-	(8 075 400)	-	-	-	-	-	-
Gastos com pessoal	-	(1 859 449)	(2 365 232)	(41 420)	(1 861)	(49 852)	-	-
Fornecimentos e Serviços Externos	-	(9 601)	(516 664)	-	-	-	(4 424)	(828)
Juros Suportados	(113 325)	-	-	-	-	-	-	-
PROVEITOS								
Prémios de resseguro aceite	-	120 258 667	52 749 705	-	-	-	-	-
Prémios resseguro cedido	-	-	-	(493 093)	-	-	-	-
Variação provisão sinistros resseguro aceite	-	-	3 292 962	-	-	-	-	-
Rendimentos de Investimentos	-	678 353	282 785	-	-	-	-	-

(Valores em Euros)

	2009						
	CAIXA SEGUROS	FIDELIDADE MUNDIAL	IMPÉRIO BONANÇA	CARES	VIA DIRECTA	FM SGI	EPS
ACTIVO							
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	312 649	-	-	-
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	1 000 280	710 910	-	-	-	-
Accionistas - Empresas do grupo	-	-	-	-	995	-	-
Devedores Diversos	-	-	-	-	-	-	3 792
Outros depósitos afectos	-	-	-	-	-	-	-
Depósito junto de cedentes	-	48 296 462	19 348 798	-	-	-	-
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO							
Accionistas - Empresas do grupo	-	136 372	6 394	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos	-	19 910 400	5 351 491	-	-	-	-
Provisão para sinistros	-	28 386 063	13 997 307	-	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	44 040	-	-	-
Passivos por impostos correntes	261 422	-	-	-	-	-	-
Credores Diversos	-	-	-	7 686	-	11 990	46 702
Empréstimo subordinado	15 000 000	-	-	-	-	-	-
CUSTOS							
Prémios resseguro cedido	-	-	-	(627 316)	-	-	-
Custos com sinistros	-	(104 312 053)	(49 951 487)	-	-	-	-
Variação provisão prémios não adquiridos	-	(4 874 572)	4 442 212	8 245	-	-	-
Remuneração Mediação	-	(3 893 374)	613 639	-	-	-	-
Gastos com Pessoal	-	(1 315 584)	(2 163 000)	(22 633)	-	(38 756)	228
Fornecimentos e Serviços Externos	-	(6 938)	(31 621)	-	-	-	(869 653)
Juros Suportados	(243 848)	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por diferenças cambiais	-	-	-	-	-	-	-
PROVEITOS							
Prémios de seguro directo	-	1 050 317	-	-	-	-	-
Prémios de resseguro aceite	-	119 185 318	48 052 538	-	-	-	-
Comissões de resseguro cedido	-	-	-	113 434	-	-	-
Variação provisão sinistros resseguro aceite	-	525 204	731 578	-	-	-	-
Rendimentos de investimentos	-	1 451 261	786 936	-	-	-	-
Ganhos de activos e passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-

(Valores em Euros)

	2009			
	CARES RH	CGD	OUTROS	TOTAL
ACTIVO				
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	312 649
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	1 711 190
Accionistas - Empresas do grupo	-	-	-	995
Devedores Diversos	-	-	-	3 792
Outros depósitos afectos	-	800 013	-	800 013
Depósito junto de cedentes	-	-	-	67 645 260
Depósito à ordem moeda nacional	-	5 217 157	-	5 217 157
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	134 832	-	134 832
PASSIVO				
Accionistas - Empresas do grupo	-	-	-	142 766
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	25 261 891
Provisão para sinistros	-	-	-	42 383 370
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	44 040
Passivos por impostos correntes	-	-	-	261 422
Credores Diversos	9 509	-	143 880	219 767
Empréstimo subordinado	-	-	-	15 000 000
CUSTOS				
Prémios resseguro cedido	-	-	-	(627 316)
Custos com sinistros	-	-	-	(154 263 540)
Variação provisão prémios não adquiridos	-	-	-	(424 115)
Remuneração Mediação	-	-	-	(3 279 735)
Gastos com Pessoal	(30 493)	(13 860)	-	(3 584 098)
Fornecimentos e Serviços Externos	-	(1 028 831)	(101 083)	(2 038 126)
Juros Suportados	-	(18)	-	(243 866)
Comissões	-	(82 058)	(10 376)	(92 434)
Perdas por diferenças cambiais	-	(61)	-	(61)
PROVEITOS				
Prémios de seguro directo	-	-	-	1 050 317
Prémios de resseguro aceite	-	-	-	167 237 856
Comissões de resseguro cedido	-	-	-	113 434
Variação provisão sinistros resseguro aceite	-	-	-	1 256 782
Rendimentos de investimentos	-	50 376	-	2 288 573
Ganhos de activos e passivos financeiros	-	32 250	-	32 250

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo accionista.

A remuneração dos administradores executivos inclui uma componente fixa mensal, abonada catorze vezes por ano e uma componente variável anual, estabelecida em função do resultado da companhia e do desempenho do Conselho de Administração.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante os exercícios de 2010 e 2009 têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	Remuneração		Outros Benefícios		Encargos com Benefícios Sociais					
	Remuneração fixa	Remuneração variável	Subsídio de refeição		Seguros de saúde		Seguros de vida			
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010		
Conselho de Administração										
Presidente										
Armando Antonio Poço Pires	214 130	208 012	45 000	-	2 097	2 259	-	793	254	-
Vogais										
Carlos Vaz de Macedo da Cunha Coutinho	143 455	143 232	15 000	-	2 160	2 250	1 795	1 794	136	103
José António Rodrigues Nunes Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria João Caroco Honorio Paulino de Sales Luis	129 884	129 592	19 000	-	2 187	2 250	2 962	2 868	75	78
Rogério Miguel Campos Henriques	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal										
Presidente										
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	2 533	8 911	-	-	-	-	-	-	-	-
Vogais										
João Filipe Gonçalves Pinto	2 267	7 027	-	-	-	-	-	-	-	-
Luis Augusto Máximo Santos	2 267	7 027	-	-	-	-	-	-	-	-

Os honorários facturados e a facturar pela Deloitte & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2010, ascendem a 48.070 Euros, dos quais 35.402 Euros relativos à Revisão Oficial de Contas e 12.668 Euros relativos a outros serviços de fiabilidade.

32. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

(Valores em Euros)

	2010		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	4 130 009	4 130 009
Activos disponíveis para venda	38 119 797	-	38 119 797
Empréstimos e contas a receber	-	72 941 209	72 941 209
Outros devedores	-	3 397 675	3 397 675
	38 119 797	80 468 893	118 588 690
Passivo			
Passivos subordinados	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	1 508 309	1 508 309
	-	16 508 309	16 508 309

(Valores em Euros)

	2009		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	5 351 989	5 351 989
Activos disponíveis para venda	36 324 814	-	36 324 814
Empréstimos e contas a receber	-	68 445 273	68 445 273
Outros devedores	-	1 711 779	1 711 779
	36 324 814	75 509 041	111 833 855
Passivo			
Passivos subordinados	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	117 847	117 847
	-	15 117 847	15 117 847

O montante considerado nas rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” corresponde essencialmente aos saldos a receber de e a pagar a segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores, agentes e outras entidades externas.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não ocorreram movimentos de reclassificação de activos financeiros.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2010			2009		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Rendimentos de activos e passivos						
financeiros não valorizados ao justo valor						
por via de ganhos e perdas:						
Activos financeiros disponíveis para venda	989 464	-	989 464	1 268 767	-	1 268 767
Empréstimos concedidos e contas a receber	961 807	-	961 807	2 239 139	-	2 239 139
Depósitos à ordem em instituições de crédito	10 413	-	10 413	28 833	-	28 833
Ganhos líquidos de activos e passivos						
financeiros não valorizados ao justo valor						
através de ganhos e perdas:						
de activos disponíveis para venda	123 962	(326 682)	(202 720)	359 994	1 810 166	2 170 160
Diferenças de câmbio	50 386	-	50 386	19 271	-	19 271
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)						
de activos disponíveis para venda	(482 635)	-	(482 635)	(497 134)	-	(497 134)
Juros de passivos subordinados	(113 325)	-	(113 325)	(243 848)	-	(243 848)
	1 540 072	(326 682)	1 213 390	3 175 021	1 810 166	4 985 187

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os rendimentos e gastos com juros apurados de acordo com o método da taxa efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Activo		
Activos disponíveis para venda	894 687	1 189 254
Empréstimos concedidos e contas a receber	961 807	2 239 139
Depósitos à ordem em instituições de crédito	10 413	28 833
	1 866 907	3 457 226
Passivo		
Passivos subordinados	113 325	243 848
	113 325	243 848

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

(Valores em Euros)

	2010			
	Metodologia de apuramento do justo valor			Total
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em fontes externas	Não valorizados ao justo valor	
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	4 130 009	4 130 009
Activos disponíveis para venda	4 451 591	33 668 206	-	38 119 797
Empréstimos e contas a receber	-	-	72 941 209	72 941 209
Outros devedores	-	-	3 397 675	3 397 675
	4 451 591	33 668 206	80 468 893	118 588 690
Passivo				
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	-	1 508 309	1 508 309
	-	-	16 508 309	16 508 309
	4 451 591	33 668 206	63 960 584	102 080 381

(Valores em Euros)

	2009			
	Metodologia de apuramento do justo valor			Total
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em fontes externas	Não valorizados ao justo valor	
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	5 351 989	5 351 989
Activos disponíveis para venda	2 594 248	33 730 566	-	36 324 814
Empréstimos e contas a receber	-	-	68 445 273	68 445 273
Outros devedores	-	-	1 711 779	1 711 779
	2 594 248	33 730 566	75 509 041	111 833 855
Passivo				
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	-	117 847	117 847
	-	-	15 117 847	15 117 847
	2 594 248	33 730 566	60 391 194	96 716 008

A preparação da informação incluída nos quadros acima, relacionada com a metodologia de apuramento do justo valor, teve por base os seguintes pressupostos:

- Cotações de mercado – Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados activos;
- Técnicas de valorização baseadas em fontes externas – Instrumentos financeiros valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico é razoavelmente aproximado ao seu valor de balanço.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes instrumentos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas nas rubricas "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" e "Empréstimos e contas a receber" corresponde aproximadamente ao seu valor de balanço, dado que estes activos correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.
- O empréstimo subordinado, registado na rubrica "Passivos subordinados", não tem prazo de reembolso definido e é remunerado à taxa de mercado (Euribor a 3 meses), pelo que o valor de mercado deste passivo, em cada data de refixação da taxa de juro, corresponde aproximadamente ao seu valor nominal.

POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS INERENTES À ACTIVIDADE DA MULTICARE

Os objectivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado estão previstos na Política de Investimentos da Companhia, que é actualizada anualmente e revista de três em três anos. Entre outros elementos, estão definidas, as sociedades gestoras, o tipo de gestão associado a cada uma das carteiras de investimento, os intervenientes no processo de compra e venda, a forma de transmissão da informação entre os diferentes intervenientes, os limites de exposição ao risco, medidas de cálculo da rentabilidade da carteira e autonomias de execução.

1. Modelo de Gestão

Está definido um modelo de gestão, com base no qual o gestor concretiza a política de investimentos:

Benchmarking – Índices de Referência – neste modelo são definidos os níveis de exposição a cada classe de activos (rendimento fixo, rendimento variável, activos imobiliários e outros) e os vários índices de referência de cada classe, relativamente aos quais será medida a performance de cada tipo de activo. A gestão poderá, conforme as circunstâncias dos mercados, em cada momento, estar investida em igual proporção, sobreexposta ou sub-exposta relativamente ao benchmark estabelecido.

2. Limites de Exposição

Para as várias classes de activos, encontram-se definidos os seguintes limites máximos de exposição:

Classes de Activos	Limite máximo (% do valor global da Carteira)
Rendimento Fixo – Taxas longas*	70,0 %
Soberana	70,0 %
Corporate	50,0 %
Rendimento Fixo – Taxas curtas**	100,0 %
Retorno Absoluto***	2,0 %
Rendimento Variável	30,0 %
Rendimento Variável ilíquido (Private equity e outros)	6 % (20% do investimento em rendimento variável)
Imobiliário	15,0 %

(*) Entende-se por taxas longas todas as emissões de taxa fixa com maturidade superior a um ano.

(**) Entende-se por taxas curtas todas as emissões de taxa fixa com maturidade residual inferior a um ano e as emissões de taxa variável.

(***) Inclui os hedge funds e o investimento em commodities.

Para efeitos da classificação dos limites de exposição, por analogia de risco, considera-se que:

Na classe de **Rendimento Fixo (taxas longas e taxas curtas)** são elegíveis para investimento:

- Obrigações denominadas em euros, tendo em consideração os limites s no ponto V do Anexo II, que ponderam maturidade com a qualidade de crédito;
- Acções remíveis com características de obrigações;
- Fundos Mobiliários de Obrigações;
- Derivados de taxas de juro ou de risco de crédito;
- Instrumentos de gestão de tesouraria vocacionados para o curto prazo incluindo depósitos bancários,
- Títulos do Grupo

O investimento em instrumentos de **Rendimento Fixo** para as carteiras com um objectivo de exposição a esta classe inferior a 2.500.000 Euros pode ser efectuado via ETF (Exchange Traded Funds), Fundos de Investimento Mobiliário ou equiparados que sejam harmonizados em termos de legislação comunitária.

Na classe de activos de **Rendimento Variável** são elegíveis para investimento:

- Acções que fazem parte do Índice Dow Jones Euro Stoxx 600
- Obrigações com risco de acções
- Fundos Mobiliários de Acções
- Derivados associados aos activos de rendimento variável

O investimento em acções para as carteiras com um objectivo de exposição a esta classe inferior a 250.000 euros pode ser efectuado via ETF (Exchange Traded Funds – fundos de investimento que replicam o comportamento dos índices), Fundos de Investimento Mobiliário ou equiparados que sejam harmonizados em termos de legislação comunitária.

Existe também uma categoria para activos **alternativos** que permite integrar Hedge Funds e outras estratégias essencialmente focadas no retorno positivo e que utilizam abordagens alavancadas ou com grande utilização de derivados. Apesar de ser muitas vezes chamada classe de activos não passa de uma metodologia de gestão, com um enquadramento normativo mais livre, e que pode utilizar varias classes de activos, sejam acções, rendimento fixo, commodities (mercadorias indiferenciadas), moeda estrangeira e outros.

O **Imobiliário** inclui Terrenos e Edifícios, os Fundos de Investimento Imobiliários, outros activos que não sendo directamente imobiliários façam depender o seu desempenho do desempenho deste tipo de activos imobiliários e os derivados com risco imobiliário.

3. Outros limites

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão das carteiras da Companhia tem ainda em consideração os seguintes limites:

a. Limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados de países da OCDE legalmente considerados como análogos, também referidos como “não cotados”, é de 15 % do valor da carteira, devendo sempre ter a aprovação expressa do Conselho de Administração;

b. O conjunto das aplicações expressas em moedas que não o Euro estão limitadas a 5 % do valor da carteira;

c. Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores:

Podem ser utilizados instrumentos derivados para cobertura, especulação ou redução do custo de investimento, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor.

São permitidas, nos termos legalmente previstos, operações de reporte e empréstimos de valores, desde que tal não comprometa os limites de alocação definidos para cada uma das classes de activos a que respeitem, nem promova a alavancagem da carteira.

Estas operações carecem de autorização casuística prévia, podendo haver autorizações genéricas para derivados de mercado.

A avaliação de risco para derivados é feita determinando a sua contribuição para o risco global da carteira e da Companhia, para o retorno esperado e para o custo de transacções de activos.

d. Universo de investimento para activos de Rendimento Fixo:

As obrigações elegíveis para aquisição deverão respeitar os limites definidos nos quadros seguintes, que ponderam a maturidade residual com a qualidade de crédito. Na aquisição não deverá haver investimento abaixo da notação BBB- ou notação equivalente das casas de rating de referência. A notação de rating a considerar na aquisição deverá ser a determinada pela agência de rating S&P ou, na sua ausência, a equivalente da Moodys ou da Fitch, e não deverá haver investimento abaixo da notação BBB-. Excepções a esta regra poderão ser aprovadas pelo CAD.

	Dívida Corporate	Dívida Soberana (Países fora da Zona Euro)	Limite por Emitente
Até 1,5 anos	BBB-	BBB-	0,5%
De 1,5 a 5,5 anos	A-	A-	3%
De 5,5 a 15,5 anos	AA-	A+	6%
De 15,5 a 30,5 anos	Não autorizado	A+	6%
Superior a 30,5 anos	Não autorizado	AAA	6%

Gestão Activa	Rating*	Limite por Emissão	Limite por Emitente
0 a 5 anos	BBB-	1%	1%
5 a 10 anos	BBB-	0,5%	1%
0 a 5 anos	A-	3%	3%
5 a 15 anos	A-	2%	3%
0 a 5 anos	AA-	5%	5%
5 a 20 anos	AA-	3%	5%
0 a 5 anos	AAA	6%	6%
5 a 30 anos	AAA	3%	6%

* não existem limites de notação de rating para a dívida soberana dos países da zona Euro.

e. Limites por sector de actividade e por subordinação da emissão:

- i. dívida subordinada: 10% da carteira
- ii. crédito por sector de actividade (excepto banca): 20% da carteira
- iii. crédito do sector serviços financeiros (Banca de Investimento, Intermediação Financeira e similares): 10% da carteira

f. O investimento em outras classes de activos não especificadas está sempre sujeito a aprovação casuística do Conselho de Administração.

g. As características dos activos em carteira, permitem que num muito curto espaço de tempo (uma semana), mais de metade da carteira se possa transformar em liquidez.

4. Carteiras com Benchmarks

O investimento em acções, num valor inferior a 250.000 euros, para as carteiras com um objectivo de exposição a esta classe, pode ser efectuado via ETF (Exchange Traded Funds – fundos de investimento que replicam o comportamento dos índices) ou equiparados que sejam harmonizados em termos de legislação comunitária.

O investimento em instrumentos, num valor inferior a 1.500.000 euros, ligados a taxas curtas para as carteiras com um objectivo de exposição a esta classe, pode ser efectuado via ETF (Exchange Traded Funds) ou equiparados que sejam harmonizados em termos de legislação comunitária.

5. Avaliação do Risco

Existe um modelo de avaliação do retorno/risco esperado em função da composição por classes de activos. O retorno esperado das carteiras está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos activos que constituem a carteira. Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de activos procurando-se constituir carteiras com risco controlado que optimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efectuada pela Direcção de Investimentos, havendo sempre que tal se mostra conveniente, o envolvimento da Direcção de Gestão de Risco da Seguradora e da Caixa Geral de Depósitos (CGD). São monitorizados vários riscos envolvidos nomeadamente:

- risco de mercado;
- risco de taxa de juro;
- risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- risco de liquidez.

A avaliação do risco dos Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores é feita determinando a sua contribuição para o risco global da carteira e da Companhia, para o retorno esperado e para o custo de transacções de activos.

6. Risco de taxa de juro

A política de gestão do risco de taxa de juro é desenvolvida de acordo com duas linhas de orientação. No caso das carteiras imunizadas, seguros de capitalização de taxa fixa, verifica-se uma adequação das coberturas às responsabilidades assumidas. Neste caso existe um matching entre o perfil dos cash flows dos activos investidos e os outflows dos passivos na maturidade. O risco de taxa de juro não tem praticamente gestão activa ao longo da vida do produto.

No caso das carteiras com modelo de gestão de benchmark, o risco de taxa de juro é gerido de uma maneira activa de acordo com o nível de exposição alvo definido pelos benchmarks, verificando-se uma gestão táctica de underweight/overweight em função das expectativas de alteração da estrutura da curva de maneira a otimizar os retornos dos activos.

A Companhia utiliza ainda neste âmbito, para efeitos de monitorização do risco, os serviços da unidade de controlo de risco da CGD que divulga em sede própria os seus indicadores.

As entidades de supervisão também têm acompanhado a monitorização deste risco tendo-se desenvolvido pontualmente exercícios de stress-test para quantificação dos impactos de choques adversos na carteira de activos.

A utilização de instrumentos derivados, no âmbito do processo de gestão do risco, limita-se actualmente à utilização pontual de swaps de taxa de juro nas carteiras onde se pretendeu mitigar o risco de taxa de juro, ou em casos em que este instrumento se revelou mais eficiente que uma cobertura com activos directos.

A política de gestão de risco / análise por contraparte decorre essencialmente da grelha de selecção no momento da compra do activo divulgada no ponto Requisitos de segregação de activos, destinados a proteger os segurados através de restrições sobre a utilização dos activos da Companhia. O risco no entanto é monitorizado continuamente procurando-se acompanhar as opiniões / outlooks das casas internacionais de rating de maneira a não deixar degradar o rating dos títulos detidos. Por outro lado, o estabelecimento de limites internos por contraparte, não se autorizando situações de cúmulo de risco, permite garantir ao longo do tempo uma boa dispersão de risco.

Risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima a risco de crédito da Multicare apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010			2009		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 130 009	-	4 130 009	5 351 989	-	5 351 989
Activos disponíveis para venda - instrumentos de dívida	33 668 206	-	33 668 206	33 730 566	-	33 730 566
Empréstimos e contas a receber	72 941 209	-	72 941 209	68 445 273	-	68 445 273
Outros devedores	3 397 675	-	3 397 675	1 711 779	-	1 711 779
Exposição máxima a risco de crédito	114 137 099	-	114 137 099	109 239 607	-	109 239 607

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(Valores em Euros)

Classe de activo	2010	2009
	Ratings Portugal	Ratings Portugal
Depósitos em Instituições de Crédito		
AA- até AA+	-	6 152 003
A- até A+	4 130 009	-
	4 130 009	6 152 003
Depósitos junto de Empresas Cedentes		
Sem rating	72 941 209	67 645 260
Total	77 071 218	73 797 263

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante de depósitos junto de empresas cedentes corresponde a provisões retidas pelos cedentes ao abrigo dos tratados de resseguro celebrados com a Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. e com a Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., entidades detidas integralmente pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (Nota 5).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Classe de activo	2010 Ratings				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Activos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	209 910	487 957	-	697 867
A- até A+	-	2 193 048	-	-	2 193 048
Menor que A-	-	1 359 571	-	-	1 359 571
	-	3 762 529	487 957	-	4 250 486
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3 088 359	-	-	3 088 359
AA- até AA+	-	2 373 032	-	-	2 373 032
A- até A+	922 019	2 461 389	-	-	3 383 408
Sem rating	-	331 077	-	-	331 077
	922 019	8 253 857	-	-	9 175 876
Instituições Financeiras					
AAA	-	1 193 713	-	-	1 193 713
AA- até AA+	244 240	4 490 254	50 699	1 042 739	5 827 932
A- até A+	972 343	10 623 695	377 392	993 731	12 967 161
Menor que A-	-	199 665	53 373	-	253 038
	1 216 583	16 507 327	481 464	2 036 470	20 241 844
Total Activos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	2 138 602	28 523 713	969 421	2 036 470	33 668 206

(Valores em Euros)

Classe de activo	2009 Ratings				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Activos Financeiros Disponíveis					
para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	108 438	696 132	-	804 571
A- até A+	-	1 583 594	-	-	1 583 594
Menor que A-	-	1 201 733	-	-	1 201 733
	-	2 893 765	696 132	-	3 589 898
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3 944 295	-	-	3 944 295
AA- até AA+	-	1 479 153	-	-	1 479 153
A- até A+	555 026	493 085	-	-	1 048 111
Menor que A-	-	1 467 233	-	-	1 467 233
	555 026	7 383 766	-	-	7 938 792
Instituições Financeiras					
AAA	255 676	682 530	-	-	938 206
AA- até AA+	256 541	6 287 184	147 179	1 035 185	7 726 088
A- até A+	212 182	9 910 380	135 145	2 905 197	13 162 904
Menor que A-	-	321 101	53 577	-	374 678
	724 398	17 201 195	335 901	3 940 382	22 201 876
Total Activos Financeiros Disponíveis					
para Venda (líquido de imparidade)	1 279 425	27 478 726	1 032 034	3 940 382	33 730 566

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não tem activos financeiros em situação de incumprimento.

Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2010									Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Activo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 130 009	-	-	-	-	-	-	-	-	4 130 009
Activos disponíveis para venda	623 607	679 146	1 313 739	1 280 239	18 655 620	7 324 251	5 541 850	3 299 500	4 451 590	43 169 542
Empréstimos e contas a receber	91 602	183 204	274 806	73 490 823	-	-	-	-	-	74 040 435
Outros devedores	3 397 675	-	-	-	-	-	-	-	-	3 397 675
	8 242 893	862 350	1 588 545	74 771 062	18 655 620	7 324 251	5 541 850	3 299 500	4 451 590	124 737 661
Passivo										
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	1 508 309	-	-	-	-	-	-	-	-	1 508 309
	1 508 309	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000	16 508 309

(Valores em Euros)

	2009									Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Activo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5 351 989	-	-	-	-	-	-	-	-	5 351 989
Activos disponíveis para venda	125 390	1 876 872	1 739 875	5 439 740	14 257 552	6 147 058	4 573 833	4 972 000	2 594 249	41 726 568
Empréstimos e contas a receber	70 351	941 155	211 053	68 067 367	-	-	-	-	-	69 289 927
Outros devedores	1 711 779	-	-	-	-	-	-	-	-	1 711 779
	7 259 509	2 818 027	1 950 928	73 507 107	14 257 552	6 147 058	4 573 833	4 972 000	2 594 249	118 080 263
Passivo										
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	117 847	-	-	-	-	-	-	-	-	117 847
	117 847	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000	15 117 847

Os saldos apresentados acima não são comparáveis com os saldos contabilísticos dado incluírem fluxos de caixa projectados e não se encontrarem descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Multicare na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua actividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificados como exigíveis à vista, incluídos no "Até 1 mês";
- Os montantes registados na rubrica "Empréstimos e contas a receber" correspondem a provisões retidas pelos cedentes no âmbito dos tratados de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os valores que constam das rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" são valores exigíveis à vista, sendo classificados na coluna "Até 1 mês";
- Os instrumentos de capital foram classificados como "Indeterminado";
- Foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade.

Risco de mercado

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2010			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	4 130 009	-	4 130 009
Activos disponíveis para venda	17 431 765	16 236 442	4 451 590	38 119 797
Empréstimos e contas a receber	-	72 941 209	-	72 941 209
Outros devedores	-	-	3 397 675	3 397 675
	17 431 765	93 307 660	7 849 265	118 588 690
Passivo				
Passivos subordinados	-	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	-	-	1 508 309	1 508 309
	-	15 000 000	1 508 309	16 508 309

(Valores em Euros)

	2009			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	5 351 989	-	5 351 989
Activos disponíveis para venda	18 941 412	14 789 153	2 594 249	36 324 814
Empréstimos e contas a receber	-	68 445 273	-	68 445 273
Outros devedores	-	-	1 711 779	1 711 779
	18 941 412	88 586 415	4 306 028	111 833 855
Passivo				
Passivos subordinados	-	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	-	-	117 847	117 847
	-	15 000 000	117 847	15 117 847

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou da data de refixação, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

	2010							
	Datas de refixação / Datas de maturidade							Total
	Até 7 dias	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	
Activo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 130 009	-	-	-	-	-	-	4 130 009
Activos disponíveis para venda	1 500 000	4 300 000	9 887 000	380 000	906 000	6 525 000	10 294 000	33 792 000
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	72 941 209	-	-	72 941 209
	5 630 009	4 300 000	9 887 000	380 000	73 847 209	6 525 000	10 294 000	110 863 218
Passivo								
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	-	-	-	-	15 000 000
Exposição líquida	5 630 009	4 300 000	(5 113 000)	380 000	73 847 209	6 525 000	10 294 000	95 863 218

(Valores em Euros)

	2009							
	Datas de refixação / Datas de maturidade							Total
	Até 7 dias	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	
Activo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5 351 989	-	-	-	-	-	-	5 351 989
Activos disponíveis para venda	1 500 000	4 500 000	9 966 000	805 000	2 840 000	4 630 000	9 090 000	33 331 000
Empréstimos e contas a receber	-	-	800 000	-	67 645 273	-	-	68 445 273
	6 851 989	4 500 000	10 766 000	805 000	70 485 273	4 630 000	9 090 000	107 128 262
Passivo								
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	-	-	-	-	15 000 000
Exposição líquida	6 851 989	4 500 000	(4 234 000)	805 000	70 485 273	4 630 000	9 090 000	92 128 262

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(Valores em Euros)

	2010		
	Euros	Outras moedas	Total
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 802 655	327 354	4 130 009
Activos disponíveis para venda	37 909 324	210 473	38 119 797
Empréstimos e contas a receber	72 941 209	-	72 941 209
Outros devedores	3 397 675	-	3 397 675
	118 050 863	537 827	118 588 690
Passivo			
Passivos subordinados	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	1 508 309	-	1 508 309
	16 508 309	-	16 508 309

(Valores em Euros)

	2009		
	Euros	Outras moedas	Total
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5 217 157	134 832	5 351 989
Activos disponíveis para venda	36 100 303	224 511	36 324 814
Empréstimos e contas a receber	68 445 273	-	68 445 273
Outros devedores	1 711 779	-	1 711 779
	111 474 512	359 343	111 833 854
Passivo			
Passivos subordinados	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	117 847	-	117 847
	15 117 847	-	15 117 847

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a sensibilidade do valor patrimonial e proveitos destes instrumentos financeiros a variações positivas e negativas de 50, 100, 200 basis points (bp's), respectivamente, corresponde a:

(Valores em Euros)

	2010					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Activo						
Activos disponíveis para venda	(1 815 953)	(939 680)	(478 160)	495 660	1 009 739	2 097 178
Margem financeira						
Proveitos com Juros	205 892	102 946	51 473	(51 473)	(102 946)	(205 892)

(Valores em Euros)

	2009					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Activo						
Activos disponíveis para venda	(1 403 267)	(737 205)	(378 173)	397 601	803 235	1 670 965
Margem financeira						
Proveitos com Juros	188 909	94 455	47 227	(47 899)	(87 553)	(92 206)

33. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada de seguida uma descrição resumida da política de aceitação e gestão de risco do Ramo Doença, efectuada pela Multicare.

33.1. Subscrição de Riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em três grandes níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No terceiro nível, cometido às redes comerciais da Fidelidade Mundial (FM) e da Império Bonança (IB), enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, apoiada em normas e procedimentos escritos e confirmada pelo Departamento Técnico de Subscrição da MultiCare, com o seguinte âmbito:

- Produtos standardizados;
- Riscos com um histórico de sinistralidade baixo ou muito baixo;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Produtos com componentes opcionais vendidas de acordo com a tarifa.

Tem como instrumentos ao seu dispor: Tarifas, Simuladores, Normas de Subscrição e de Delegação de Poderes, manuais dos produtos, apólices standardizadas, propostas de seguro, declarações tipo, questionários médicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O segundo nível integra as Direcções Comerciais de Mediadores e Corretores da FM e da IB com competências delegadas para aceitação e análise de riscos específicos, e apresenta o seguinte âmbito:

- Subscrição de Produtos standardizados, com a possibilidade de definição de cláusulas particulares, com o objectivo de ajustar a apólice ao risco específico ou de limitar a exposição ao risco;
- Para além da subscrição dos riscos delegados ao terceiro nível, subscrição dos riscos a seguir caracterizados: i) riscos com elevada sinistralidade geral; ii) riscos que considerados individualmente, apresentem um potencial de perda muito elevado; iii) riscos cuja subscrição deva pressupor uma análise técnica específica;
- Estudo de acumulação de riscos, considerando o Cliente em termos globais;
- Subscrição de riscos que pelas suas características justificam um prémio significativamente diferente do definido na tarifa do produto.

As Direcções Comerciais têm ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e actuarial, fornecidos pelo Departamento Técnico de Subscrição em conjunto com o Gabinete de Actuariado e Controle que lhes permite ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do Ramo e do comportamento do risco.

Existe ainda um primeiro nível de subscrição, destinado aos riscos de valor unitário muito elevado, ou envolvendo conjuntos de riscos muito alargados, em que as condições de aceitação são analisadas pelo Departamento Técnico de Subscrição da MultiCare, que elaborará e enviará uma proposta de aceitação à Direcção Comercial envolvida, que, por sua vez, submeterá à aprovação do Administrador do pelouro da Seguradora que aceita o risco.

O Departamento Técnico de Subscrição é dotado de técnicos especializados, coadjuvado por actuários do Gabinete de Actuariado e Controle, que farão as necessárias análises técnico-actuariais aos riscos propostos.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado.

33.2. Gestão Técnica

A gestão técnica do Ramo Doença compreende a definição de preços e clausulados das apólices, a definição e controlo da política de subscrição e ainda o controlo e acompanhamento da receita processada, do número de contratos seguros, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica, o que permite a monitorização dos riscos em carteira.

33.3. Instrumentos de Gestão para Controlo do Risco

Riscos Internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de Perfil da Carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por capitais, coberturas, escalão etário, género e outros parâmetros definidores do risco.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos e coberturas em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Estes estudos permitem obter uma análise qualitativa e da sinistralidade das classes acima referidas, tendo como objectivo a aferição das delegações existentes e correcção de eventuais distorções, correlacionar os principais factores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises Periódicas da Evolução da Carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidades de apólices, quer em termos de produção nova e anulada.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respectiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida ao nível dos Produtos sob gestão no caso dos produtos standardizados e, negócio a negócio, nos seguros de grupo não standardizados.

Seleção e Actualização de Carteira

Esta função tem como objectivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, através da introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios) em função da frequência e/ou elevada sinistralidade.

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detectadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão chegar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais, coberturas, escalão etário, género e outros parâmetros definidores do risco, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas.

Comportamento da carteira

No caso específico do Ramo Saúde, ramo único na Multicare, a concentração de risco não será uma verdadeira ameaça, já que as epidemias estão excluídas à partida. Este risco estará mais diluído, ainda, pela abrangência da Multicare ser nacional e com representação significativa em todas as regiões.

Nesta Seguradora, cerca de 79,4% dos sinistros geridos na Multicare são-no no sistema de Rede Convencionada. Este sistema de gestão permite reduzir, de forma significativa, a tempestividade e a incerteza dos futuros fluxos de caixa e nalgumas situações - sempre que temos “preços-pacote” acordados – também em montante.

Nos restantes sinistros (20,6%) que são suportados pelo sistema de reembolso, existe ainda, numa parte significativa da carteira, um período limite de envio das despesas que mais uma vez concorre para a redução do seu prazo de regularização, pelo que, no conjunto do Ramo Saúde, o período de resolução dos sinistros é relativamente reduzido.

A avaliação das provisões para sinistros é feita com base na matriz de pagamentos emitidos, consequentemente a estimativa que fazemos destas provisões excluem os recibos emitidos por liquidar. Assim, analisámos a evolução das provisões, que avaliamos para sinistros ocorridos a partir de 2003.

O quadro abaixo já incorpora as alterações do modelo decorrentes da uniformização do grau de confiança com as restantes Seguradoras da Caixa Seguros e Saúde.

(Valores em Euros)

	Nova Avaliação Dez/2009	Pagamentos Efectuados 2010	Provisões Remanescentes Dez/2010	Avaliação Dez/2010
Sin < 2008	1 543 243	509 814	1 033 429	814 341
Sin < 2009	3 475 739	952 854	2 522 885	1 809 313
Sin < 2010	32 658 658	23 569 314	9 089 344	3 887 026

Como se pode observar, na MultiCare a estimativa das provisões para sinistros necessárias que resultam do nosso modelo demonstram-se suficientes.

Associando o curto prazo de desenvolvimento dos sinistros ao grau de confiança com que avaliamos as nossas responsabilidades, podemos concluir existir algum conforto no nível de provisionamento, sendo pouco provável a possibilidade de agravamento da sinistralidade face ao previsto.

Comportamento da rede de prestadores

A Multicare tem desenvolvido e aperfeiçoado modelos de análise de comportamento das prestadores por cobertura e por tipologia de prestação/valência médica.

Estas análises, que já contam com um período de observação de três anos, têm conduzido à identificação de comportamentos atípicos e reincidentes, permitindo uma intervenção directa junto dos prestadores, com vista à correcção do seu comportamento ou mesmo à cessação da convenção de prestação.

Adequação dos prémios e adequação das provisões

Os prémios adquiridos neste exercício não foram suficientes para fazer face às responsabilidades por eles assumidas no Seguro Directo mas foram-no no Resseguro Aceite.

Face ao exercício anterior, na carteira cedida pela FM e pela IB, verificou-se uma redução de 14% nas despesas com sinistros e um aumento de 122,7% nos custos de exploração do Ramo.

Em 2009 foi feita uma análise de adequação das tarifas dos produtos individuais em vigor face à sinistralidade observada, tendo sido identificados os produtos que careciam de ajustamento. Na sequência destes estudos foram feitos ajustamentos tarifários à carteira standard com mais de um ano.

O valor das provisões contabilizado, em Resseguro Aceite, é de cinquenta milhões (50.927.712) de euros, dos quais trinta e sete milhões (36.825.534) euros dizem respeito a sinistros declarados à Multicare, onze milhões e meio (11.509.185) euros são para sinistros IBNR e, finalmente temos dois milhões e seiscentos mil (2.592.993) euros como provisão para encargos futuros de gestão de sinistros.

Tem havido consistência nos métodos utilizados para avaliação da suficiência do provisionamento, pelo que se continua a concluir por um adequado nível de prudência. A taxa de sinistralidade deste exercício foi de 83,3%.

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional

A taxa de sinistralidade observada em Seguro directo foi da ordem dos cento e vinte (119,83) por cento. Os custos de exploração foram elevados e não são compensados pelo ganho obtido nos rendimentos financeiros da Seguradora, pelo que o rácio combinado desta actividade resultou em cento e vinte e sete (126,97) por cento.

No que respeita à actividade em Resseguro Aceite, o rácio de sinistralidade foi de setenta e oito (77,9) por cento, o rácio de despesas de 13,66%, o rácio de cedência, que corresponde ao tratado de resseguro com a Cares, é de zero vírgula quatro por cento (0,39%) e o rácio de rendimentos de um por cento (1,34%), o que conduz a um rácio agregado de noventa e um por cento (90,6%), o que demonstra uma suficiência de prémios.

33.4. Políticas de Resseguro

A Multicare é Resseguradora das Companhias Fidelidade-Mundial e Império Bonança através de um tratado de quota-parte. Por sua vez a Multicare ainda ressegura coberturas específicas dessa carteira.

Os factores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e os valores dos riscos a segurar. E o cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os seguros de Doenças Graves-Best Doctors, por se tratarem de riscos que envolvem elevados capitais seguros e situações gravosas estão ressegurados na Munich Re.

As retenções, como referido, são as adaptadas à carteira existente e têm em conta a capacidade negociada e o equilíbrio entre cedência de prémios e essa mesma capacidade.

Para além deste tratado de Resseguro, existe ainda um tratado de Resseguro com a Cares, para onde se transfere a totalidade dos riscos das seguintes coberturas:

- Assistência domiciliária;
- Apoio domiciliário;
- Transporte de Urgência;
- Assistência Clínica domiciliária; e
- Assistência Clínica em Viagem.

Os critérios de selecção e admissibilidade dos Resseguradores são pautados pela sua fiabilidade e solvência financeira, pela sua capacidade de prestação de serviços, pela observação e acompanhamento dos mesmos no seu relacionamento no que se refere a pagamentos/ recebimentos, não deixando de ter em apreço, também como factor determinante, o seu Rating pelas diferentes agências internacionais.

34. Gestão de Capital

Os objectivos de gestão do Capital na Multicare obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Multicare está obrigada pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Instituto de Seguros de Portugal;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a Companhia, criar valor ao accionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Multicare está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e aos riscos dela decorrentes.

Para atingir os objectivos descritos, a Multicare efectua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por via do auto financiamento e da captação de recursos de segurados e ressegurados.

As exigências regulamentares em vigor decorrem do Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 251/2003, de 14 de Outubro, e das Normas do Instituto de Seguros de Portugal, nomeadamente da Norma Regulamentar nº 6/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações decorrentes da Norma Regulamentar nº 12/2008-R, de 30 de Outubro, salientando-se:

- Obrigatoriedade da manutenção em permanência de uma margem de solvência suficiente face ao conjunto das actividades da Companhia. Para este efeito, a margem de solvência disponível é determinada nos termos do disposto na legislação acima referida, sendo aplicáveis os ajustamentos prudenciais previstos nas normas regulamentares do Instituto de Seguros de Portugal.
- Obrigatoriedade da manutenção de um fundo de garantia, que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do valor da margem de solvência exigida, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites mínimos legalmente estabelecidos.
- Caso o Instituto de Seguros de Portugal verifique a insuficiência, mesmo circunstancial ou previsivelmente temporária, da margem de solvência de uma empresa de seguros, esta deve, no prazo que lhe vier a ser fixado por esse Instituto, submeter à sua aprovação um plano de recuperação com vista ao restabelecimento da sua situação financeira.

- Obrigatoriedade de as provisões técnicas serem a qualquer momento representadas na sua totalidade por activos equivalentes, sujeitos a um conjunto de regras de diversificação e dispersão prudenciais, cujo cumprimento é monitorado pelo Instituto de Seguros de Portugal. Os activos representativos das provisões técnicas constituem um património especial que garante, em particular, os créditos emergentes dos contratos de seguro, não podendo ser penhorados ou arrestados, salvo para pagamento desses mesmos créditos. Em caso de liquidação, estes créditos gozam de um privilégio mobiliário especial sobre os bens móveis ou imóveis que representem as provisões técnicas, sendo graduados em primeiro lugar.

Para além destas exigências, há ainda outras regras prudenciais a que as companhias de seguros estão sujeitas, as quais, em conjunto com as apresentadas, devem ser entendidas como um complemento importante de uma gestão prudente por parte das Instituições, a qual se deverá basear, essencialmente, nos dispositivos internos de avaliação e controlo por si montados, tendo em conta as responsabilidades perante os accionistas, segurados e restantes credores.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais e prudenciais a que se encontra sujeita, a Multicare conta com a colaboração de quatro áreas que exercem funções transversais ao grupo, que são chave em matéria de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- a. Direcção de Gestão de Risco (DGR);
- b. Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance (DIC);
- c. Direcção de Auditoria (DAU);
- d. Comité de Riscos.

A Multicare dispõe, ainda, de um órgão interno, o Gabinete de Actuariado e Controlo (GAC) que reporta directamente ao Conselho de Administração.

Direcção de Gestão de Riscos

A missão da DGR assenta no desenvolvimento, comunicação e implementação de um ciclo de gestão de riscos destinado à identificação, a avaliação e a monitorização do perfil de risco das várias linhas de negócio, permitindo ao Conselho de Administração e às várias Direcções envolvidas incorporar esta informação na sua tomada de decisões.

A DGR tem como principais funções:

- a. Desenvolvimento e disponibilização de informação que suporte a tomada de decisões;

b. Gestão dos Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- Gestão do Sistema de Gestão de Risco Operacional bem como a implementação e desenvolvimento do Sistema de Controlo Interno;
- Desenvolver, implementar e actualizar os modelos, ferramentas e relatórios de suporte à tomada de decisões, do Conselho de Administração e/ou das restantes Direcções, com base no perfil de risco da Companhia;
- Desenvolver níveis técnicos de alerta sobre valores em risco, permitindo ao Conselho de Administração monitorizar o perfil de riscos das carteiras da Companhia;

Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance

A missão da DIC é a de contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura directiva e os colaboradores, cumpram a legislação, as regras, os códigos e os normativos em vigor, externos e internos, por forma a evitar situações que prejudiquem a imagem das empresas e a sua reputação no mercado, bem como eventuais prejuízos de ordem financeira.

A DIC tem como principais funções:

a. Prevenção de Branqueamento de Capitais

Assegurar a prevenção e a detecção de actividades de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, garantindo a execução dos procedimentos internos nesta matéria através dos seguintes processos e controlos:

- Implementação de um Programa de Identificação de Clientes (Customer Identification Program);
- Filtragem de Clientes;
- Monitorização de transacções e reporte às autoridades judiciais e policiais;
- Implementação de um Programa de Formação em Prevenção do Branqueamento de Capitais.

b. Compliance

Assegurar a coordenação da função compliance nos termos previstos no Manual de Compliance, através dos seguintes processos e controlos:

- Manutenção e divulgação do Manual de Compliance, incluindo o código de Conduta Ética e Profissional;
- Implementação de Programa de Visitas aos órgãos de estrutura, de forma a intensificar a apreensão da Cultura de Compliance;
- Criação e manutenção de um Espaço Compliance na Intranet;
- Análise Regulamentar;

- Implementação de Programas de Compliance visando a identificação, monitorização e minimização de pontos críticos nos macro-processos da empresa;
- Implementação e promoção de uma cultura “Tratar os Clientes com Lealdade (Treat Your Customers Fairly)”;
- Aprovação de novos produtos;
- Elaboração de Planos anuais e Relatórios trimestrais de actividades de compliance e prevenção de branqueamento de capitais;
- Desenvolvimento de Formação em compliance.

Direcção de Auditoria

A Direcção de Auditoria (DAU) tem como principal missão garantir a avaliação e acompanhamento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e da legislação em vigor.

Enquanto função chave na gestão de riscos e controlo interno, a DAU desempenha as seguintes funções:

- a. Elaboração e Execução do Plano Anual de Auditoria - a avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno é uma componente chave do referido Plano;
- b. Actividades de Auditoria - concretização do Plano de Auditoria, através da execução de auditorias às diversas áreas e desenvolvimento de um conjunto de recomendações/ medidas correctivas em resultado das mesmas;
- c. Auditoria Informática – envolve acções de auditoria aos sistemas de informação, suportadas por uma metodologia própria, cujo objectivo passa por determinar a probabilidade de ocorrência de eventos de riscos e os seus impactos.

Comité de Riscos

Ao Comité de Riscos cabe pronunciar-se sobre assuntos de gestão corrente relacionados com a gestão de risco, tal como os riscos técnicos (riscos de mercado, de crédito e outros riscos específicos aos seguros) e o risco operacional. São membros permanentes deste órgão, três administradores, assim como os responsáveis pela Direcção de Gestão de Riscos, Direcção de Investimentos, Direcção de Auditoria, Direcção de Compliance e Direcção de Resseguro.

Este comité é uma estrutura transversal a todo o grupo Caixa Seguros Saúde, podendo ser incluído um representante da Multicare (Administrador) sempre que houver lugar à discussão de temas relacionados com o Ramo Saúde.

O Comité de Riscos, que reúne com uma periodicidade mensal, analisou, em 2010, temas relacionados com a gestão do risco operacional e o controlo interno, a política de aceitação de riscos, a política de investimentos e os riscos associados aos investimentos, o risco de provisionamento, a utilização do capital económico na gestão de riscos, a política de resseguro, a função de Compliance e o risco de concentração.

Gabinete de Actuariado e Controlo

O GAC desenvolve a sua actividade em colaboração com a DGR no que respeita à gestão do risco operacional e à implementação do sistema de controlo interno. Tem, ainda, como atribuições colaborar na definição das políticas de subscrição, tarificação e resseguro, bem como monitorizar o risco da carteira e o comportamento da rede de prestadores, suportado em técnicas estatísticas e actuariais.

A margem de solvência da Multicare em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, medida em função da cobertura das responsabilidades decorrentes da actividade desenvolvida, por elementos patrimoniais elegíveis para este efeito, apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Margem de solvência disponível:		
Capital Social Realizado	18 000 000	18 000 000
Reservas		
Reservas de Reavaliação	(803 151)	(476 469)
Reserva por impostos diferidos	216 074	106 820
Outras Reservas	1 752 237	1 675 330
Prémios de Emissão	7 200 000	7 200 000
Resultado de Ganhos e Perdas, deduzido de distribuições		
Resultados transitados	10 918	18 198
Resultado líquido do exercício	603 807	469 627
	26 979 885	26 993 506
Empréstimos subordinados sem prazo fixo	15 000 000	15 000 000
	41 979 885	41 993 506
Deduções prudenciais		
Imobilizações incorpóreas	296 193	290 316
Total dos elementos constitutivos da margem de solvência	41 683 692	41 703 190
Requisitos de solvência:		
Ramos não-vida	36 692 785	31 938 639
Total da Margem de Solvência a constituir	36 692 785	31 938 639
Excedente de cobertura	4 990 907	9 764 551
Taxa de cobertura	114%	131%

As empresas de seguros devem, no prazo máximo de 15 dias após o final de cada trimestre, ter disponível para consulta e para reporte ao Instituto de Seguros de Portugal o respectivo apuramento da situação da margem de solvência.

Anexos

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de Dezembro de 2010

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Acções							
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
CAIXAGEST IMOBILIÁRIO INTERNACIONAL, FII	113 478			4,34	491 999	3,18	361 360
sub-total	113 478				491 999		361 360
sub-total	113 478				491 999		361 360
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PGB, 4.8%, 15/06/2020, GOVT		450 000	103,98		467 910	90,21	405 967
PGB, 5.45%, 23/09/2013, GOVT		500 000	109,72		548 588	103,21	516 052
sub-total		950 000			1 016 498		922 019
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANCO BPI, 3%, 17/07/2012, CORP		250 000	100,40		251 000	97,70	244 240
BCP, 3.625%, 19/01/2012, CORP		200 000	99,96		199 910	101,41	202 814
BPI, FRN, 25/01/2012, CORP		550 000	99,84		549 100	95,68	526 260
MONTEPIO GERAL, 3.25%, 27/07/2012, CORP		250 000	101,20		253 000	97,31	243 269
sub-total		1 250 000			1 253 010		1 216 583
sub-total		2 200 000			2 269 508		2 138 602
total	113 478	2 200 000			2 761 506		2 499 962
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Acções							
AEON, NA	5 565			4,67	25 998	4,58	25 465
AGEAS, BB	824			2,87	2 361	1,71	1 409
AHOLD, NA	4 688			9,28	43 495	9,88	46 299
AIR LIQUIDE, FP	292			86,77	25 336	94,64	27 635
AKZO NOBEL, NA	468			45,00	21 062	46,49	21 755
ALLIANZ, GY	1 124			86,24	96 932	88,75	99 755
ANHEUSER-BUSCH INBEV, BB	2 180			34,96	76 208	42,80	93 304
ARCELOR MITTAL, NA	1 069			23,69	25 325	28,38	30 338
ASSICURAZIONI GENERALI, IM	766			15,62	11 964	14,18	10 862
AXA, FP	4 801			15,18	72 882	12,45	59 772
BANCA INTESA, IM	11 206			2,88	32 306	2,02	22 636
BANCO SANTANDER, SM	17 391			10,74	186 696	7,93	137 876
BARCLAYS, LN, GBP	4 963			3,23	16 051	3,04	15 086
BASF, GY	3 258			61,06	198 945	59,87	195 056
BAYER, GY	1 514			55,27	83 685	54,96	83 209
BBVA, SM	6 955			9,84	68 410	7,56	52 573
BMW, GY	807			48,87	39 434	58,88	47 516
BNP PARIBAS, FP	2 706			54,01	146 144	47,61	128 833
BRITISH TELECOM, LN, GBP	6 974			1,74	12 146	2,10	14 649
CARREFOUR, FP	1 792			33,17	59 435	30,85	55 274
CENTRICA, LN, GBP	9 262			3,73	34 517	3,85	35 681
CRH, ID	812			16,52	13 416	15,50	12 586
DAIMLER, GY	1 039			37,85	39 330	50,84	52 823
DANONE, FP	2 633			49,91	131 421	47,02	123 804
DEUTSCHE BANK, GY	3 717			45,86	170 455	38,96	144 815
E.ON, GY	3 496			25,47	89 027	22,82	79 779
EDF, FP	987			32,22	31 805	30,70	30 296
ENAGAS, SM	1 963			15,31	30 057	14,92	29 278
ENEL, IM	10 434			3,79	39 498	3,74	38 971
ENI SPA, IM	3 958			17,71	70 087	16,28	64 436
ERSTE BANK AUSTRIA, AV	334			32,22	10 760	35,25	11 774
FORTUM, FH	1 111			19,29	21 436	22,53	25 031
FRESENIUS MEDICARE, GY, DEM	364			42,86	15 600	43,33	15 772
GDF (EX. SUEZ), FP	2 575			27,05	69 654	26,84	69 113
GKN, LN, GBP	4 630			2,46	11 397	2,57	11 915
ILIAD, FP	500			83,42	41 708	81,13	40 565
INDITEX, SM	726			58,77	42 665	56,03	40 678
INFINEON, GY	2 864			5,11	14 646	7,00	20 054
ING Groep, NA	11 943			7,94	94 876	7,28	86 945
INTERNATIONAL POWER, LN, GBP	2 680			5,02	13 465	5,08	13 625
KPN, NA	5 735			11,26	64 594	10,92	62 626
L'OREAL, FP	128			82,30	10 535	83,07	10 633
LAFARGE, FP	258			43,96	11 341	46,85	12 087
LINDE, GY	283			97,29	27 532	113,85	32 220
LLOYDS BANKING GROUP PLC, LN, GBP	48 301			0,87	42 092	0,76	36 868
LVMH, FP	315			98,83	31 130	123,10	38 777
MAN, GY	332			74,95	24 884	89,20	29 614
MICHELIN, FP	277			57,42	15 905	53,70	14 875
MUNCHENER RUCK, GY	306			106,71	32 653	113,85	34 838
NOKIA, FH	6 986			8,39	58 591	7,74	54 037
PHILIPS, NA	1 367			21,71	29 681	22,92	31 332
REED ELSEVIER, NA	4 246			9,00	38 209	9,26	39 305
REPSOL, SM	1 428			19,06	27 218	20,85	29 774

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de Dezembro de 2010

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
RIO TINTO, LN, GBP	715			51,26	36 649	52,12	37 268
SAIPEM, IM	590			30,21	17 825	36,60	21 594
SANOFI-SYNTHELABO, FP	1 771			53,82	95 312	47,85	84 742
SAP, GY	3 299			36,28	119 682	38,07	125 593
SIEMENS, GY	2 770			68,80	190 565	93,01	257 638
SOCIETE GENERALE, FP	2 228			47,67	106 216	40,22	89 610
ST.GOBAIN, FP	749			33,53	25 117	38,49	28 829
SUEZ ENVIRONNEMENT, FP	978			15,30	14 968	15,45	15 110
TDC, DC, DKK	2 704			6,50	17 586	6,49	17 537
TELECOM ITALIA, IM	42 980			1,00	43 146	0,97	41 519
TELEFONICA, IM	9 678			20,56	198 985	16,97	164 187
TENARIS, IM	782			15,84	12 387	18,32	14 326
THOMAS COOK GROUP, LN, GBP	12 701			3,23	41 003	2,19	27 844
THYSSENKRUPP, GY	627			24,40	15 298	31,09	19 493
TNT, NA	2 256			20,09	45 322	19,72	44 488
TOTAL FINA, FP	5 097			47,73	243 300	39,65	202 096
UNICREDITO, IM	32 843			2,37	77 903	1,55	50 841
UNILEVER, NA	3 253			22,46	73 052	23,30	75 795
VALEO,FP,FRF-	1 089			37,07	40 374	42,40	46 174
VINCI, FP	3 127			42,98	134 389	40,68	127 206
VOLKSWAGEN PFD, GY	445			108,89	48 458	121,60	54 112
sub-total	346 015				4 242 535		4 090 231
2.2.1.2 - Títulos de participação							
sub-total							
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
sub-total							
2.2.1.4 - Outros							
sub-total							
sub-total	346 015				4 242 535		4 090 231
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BGB, 4.25%, 28/09/2013, GOVT		900 000	108,49		976 380	105,92	953 267
BTPS, 3.75%, 01/08/2021, GOVT		500 000	98,39		491 963	93,95	469 765
BTPS, 4.25%, 01/02/2015, GOVT		1 000 000	106,93		1 069 320	104,11	1 041 144
BTPS, 4.75%, 01/02/2013, GOVT		900 000	106,84		961 585	105,61	950 481
DBR, 3.25%, 04/01/2020, GOVT		750 000	101,42		760 628	106,45	798 340
DBR, 3.5%, 04/01/2016, GOVT		500 000	108,33		541 635	110,76	553 783
DBR, 3.75%, 04/01/2015, GOVT		500 000	109,27		546 360	111,96	559 815
FRTR, 3.75%, 25/04/2021, GOVT		500 000	101,08		505 413	105,69	528 437
FRTR, 4.25%, 25/10/2023, GOVT		600 000	100,82		604 920	108,00	647 983
GGB, 4.5%, 20/09/2037, GOVT		600 000	95,07		570 420	55,18	331 077
SPGB, 3.9%, 31/10/2012, GOVT		1 400 000	105,16		1 472 198	101,41	1 419 765
sub-total		8 150 000			8 500 821		8 253 857
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
sub-total							
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABN AMRO, 2.75%, 29/10/2013, CORP		200 000	99,97		199 932	100,68	201 367
ABN AMRO, FRN, 15/01/2013, CORP		150 000	99,96		149 933	100,55	150 830
ATLAS COPCO, 4.75%, 05/06/2014, CORP		50 000	99,77		49 884	110,50	55 248
AUTOSTRADA, FRN, 09/06/2011, CORP		100 000	99,73		99 730	100,10	100 101
BANCA INTESA, FRN, 08/02/2016, CORP, CALL		500 000	99,00		495 000	98,05	490 239
BANCO SABADELL, 4.375%, 22/05/2012, CORP		100 000	102,28		102 278	102,58	102 584
BANCO SABADELL, FRN, 20/02/2012, CORP		500 000	99,78		498 880	98,03	490 152
BANK OF AMERICA, FRN, 05/02/2014, CORP		200 000	94,90		189 800	93,66	187 311
BANKINTER, FRN, 21/06/2012, CORP		200 000	98,27		196 538	96,17	192 337
BANQUE POPULAIRE, FRN, 20/07/2012, CORP		700 000	99,80		698 600	100,01	700 041
BANQUES POPULAIRES, 4.25%, 29/01/2013, CORP		200 000	105,05		210 100	108,68	217 360
BARCLAYS BANK, 5.25%, 27/05/2014, CORP		50 000	108,03		54 013	109,95	54 976
BBVA SENIOR FINANCE, 3.625%, 14/05/2012, CORP		50 000	102,55		51 275	102,14	51 069
BBVA SENIOR FINANCE, 3.875%, 06/08/2015, CORP		50 000	99,92		49 958	97,47	48 733
BBVA, FRN, 23/05/2017, CORP, CALL		500 000	97,83		489 125	89,66	448 287
BELGELEC FINANCE, FRN, 03/05/2011, CORP		500 000	99,40		496 978	100,08	500 408
BES FINANCE, FRN, 21/04/2011, CORP		500 000	100,34		501 685	97,80	488 987
BFCM, FRN, 25/03/2013, CORP		500 000	99,85		499 250	99,42	497 104
BMW FINANCE, 4.25%, 22/01/2014, CORP		320 000	96,49		308 764	109,17	349 333
BNP PARIBAS, 3.75%, 25/11/2020, CORP		200 000	99,51		199 018	97,58	195 161
BPCE, 5.2%, 19/07/2014, CORP		50 000	107,45		53 725	105,07	52 533
CAISSE CC IMMOB, FRN, 18/03/2013, CORP		150 000	99,85		149 778	98,48	147 716
CAISSE EPARG, FRN, 12/09/2012, CORP		900 000	98,95		890 520	99,11	892 008
CAJAMM, 3.625%, 05/10/2016, CORP		1 100 000	97,25		1 069 739	88,76	976 353
CIMPOR FINANCIAL, 4.5%, 27/05/2011, CORP		30 000	97,60		29 279	102,72	30 816
CITIGROUP, 4.75%, 31/05/2017, CORP, CALL		150 000	97,42		146 127	94,48	141 717
COMMERZBANK, 4.125%, 13/09/2016, CORP, CALL		300 000	95,50		286 512	85,70	257 089
CREDIT AGRICOLE, 3%, 20/07/2015, CORP		100 000	99,88		99 876	101,08	101 080
CREDIT SUISSE, 2.875%, 24/09/2015, CORP		200 000	99,70		199 404	99,31	198 621
CREDIT SUISSE, FRN, 17/06/2013, CORP		50 000	99,70		49 852	100,82	50 410
DAIMLER, 6.125%, 08/09/2015, CORP		100 000	99,36		99 356	115,46	115 458
DANSKE BANK, FRN, 29/06/2012, CORP		500 000	99,50		497 500	99,49	497 432

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de Dezembro de 2010

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
DIAGEO FINANCE, FRN, 22/05/2012, CORP		300 000	99,44		298 305	99,86	299 586
E.ON, 4.875%, 28/01/2014, CORP		194 000	99,96		193 924	112,21	217 688
E.ON, 5.25%, 06/06/2014, CORP		130 000	99,44		129 276	112,04	145 648
E.ON, 5.25%, 08/09/2015, CORP		60 000	99,66		59 797	112,37	67 423
EDP FINANCE, 5.5%, 18/02/2014, CORP		50 000	107,36		53 680	106,38	53 188
ENDESA CAPITAL, FRN, 22/11/2011, CORP		500 000	99,50		497 515	99,80	499 013
ENEL, 5.25%, 20/06/2017, CORP		100 000	98,93		98 931	109,86	109 858
ENEL, FRN, 20/06/2014, CORP		500 000	98,24		491 200	97,50	487 491
FORTIS BANK, 4.25%, 23/03/2021, CORP, CALL)		150 000	91,74		137 614	102,73	154 095
FORTIS BANK, FRN, 17/01/2017, CORP, CALL)		500 000	98,23		491 140	94,44	472 209
GAZPROM, 5.364%, 31/10/2014, CORP		50 000	96,00		48 000	105,47	52 737
GE CAPITAL FNDNG, 4.75%, 28/09/2012, CORP		152 000	100,25		152 380	105,78	160 783
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 03/04/2014, CORP		500 000	99,05		495 250	97,49	487 433
HBOS, 4.125%, 06/02/2012, CORP		250 000	96,80		242 009	105,98	264 948
HSBC, 4%, 15/01/2021, CORP		100 000	99,90		99 901	99,53	99 527
IBERDROLA, 4.875%, 04/03/20014, CORP		50 000	107,74		53 870	107,97	53 987
ING BANK, 4.625%, 15/03/2019, CORP, CALL)		362 000	97,17		351 755	103,35	374 145
ING GROEP, FRN, 11/04/2016, CORP		500 000	99,15		495 750	93,35	466 748
JPM, FRN, 02/03/2015, CORP		50 000	97,85		48 925	96,73	48 364
JYBC, FRN, 04/04/2012, CORP		500 000	99,99		499 940	99,41	497 029
LA CAIXA, 3.75%, 05/11/2013, CORP		150 000	99,91		149 858	97,99	146 987
LLOYDS, 3.75%, 07/09/2015, CORP		100 000	100,07		100 070	98,53	98 532
LLOYDS, FRN, 25/03/2013, CORP		300 000	99,71		299 115	99,89	299 659
METRO FINANCE, 4.75%, 29/05/2012, CORP		50 000	99,63		49 817	106,78	53 391
NAB, 5.5%, 20/05/2015, CORP		140 000	99,42		139 184	113,47	158 857
NAB, FRN, 22/10/2013, CORP		200 000	100,00		200 000	100,08	200 155
NATIXIS, FRN, 06/07/2017, CORP, CALL)		500 000	94,15		470 756	90,98	454 877
NATIXIS, FRN, 14/05/2019, CORP, CALL)		200 000	95,33		190 655	99,38	198 769
NATIXIS, FRN, 21/01/2016, CORP, CALL)		500 000	98,30		491 500	99,63	498 168
NATL GRID, 4.125%, 21/03/2013, CORP		130 000	95,62		124 305	107,46	139 699
NATL GRID, FRN, 18/01/2012, CORP		500 000	99,73		498 665	100,08	500 399
NORDEA BANK, 2.75%, 11/08/2015, CORP		200 000	99,73		199 456	100,11	200 214
NORDEA BANK, FRN, 17/06/2013, CORP		300 000	99,85		299 553	100,66	301 988
PFIZER, 5.75%, 03/06/2021, CORP		200 000	113,85		227 700	117,47	234 933
POHJOLA BANK, 3%, 08/09/2017, CORP		150 000	99,60		149 394	96,77	145 150
POHJOLA BANK, FRN, 25/02/2013, CORP		500 000	99,91		499 560	100,28	501 425
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 3.75%, 26/03/2012, CORP		200 000	101,37		202 730	103,79	207 572
RAIFF ZENTRALBK, 4.75%, 15/06/2012, CORP		250 000	100,03		250 081	106,14	265 350
RED ELECTRICA FIN, 3.5%, 07/10/2016, CORP		100 000	100,10		100 100	98,63	98 626
REPSOL INTL FINANCE, FRN, 16/02/2012, CORP		250 000	98,80		247 000	99,42	248 561
ROCHE, 6.5%, 04/03/2021, CORP		200 000	120,29		240 580	126,51	253 024
ROYAL BANK SCOTLAND, FRN, 17/09/2012 CORP		300 000	100,00		300 000	100,58	301 739
SANPAOLO IMI, FRN, 20/02/2018, CORP, CALL)		500 000	98,08		490 375	90,30	451 480
SANTANDER INTL DEBT, FRN, 27/10/2013, CORP		200 000	100,00		200 000	97,59	195 171
SANTANDER ISSUAN, 4.5%, 30/09/2019, CORP, CALL)		200 000	94,56		189 117	86,40	172 790
SHELL INT FIN, 4.625%, 22/05/2017, CORP		100 000	98,86		98 861	111,28	111 284
SKANDINAV ENSKILDA, 5.5%, 06/05/2014, CORP		50 000	110,25		55 125	111,96	55 978
SOC GEN, FRN, 07/06/2017, CORP, CALL)		500 000	98,20		491 000	94,62	473 088
ST GEORGE BANK, 6.5%, 24/06/2013, CORP		150 000	99,93		149 888	113,65	170 471
SVENSKA HANDELSBANKEN, 4.875%, 25/03/2014, CORP		50 000	108,57		54 285	111,49	55 743
SYDBANK, FRN, 03/09/2012, CORP		50 000	100,00		50 000	99,94	49 970
TELECOM ITALIA, 6.25%, 01/02/2012, CORP		143 000	103,96		148 659	110,08	157 417
TELEFONICA, 4.674%, 07/02/2014, CORP		50 000	105,87		52 933	108,14	54 070
UBI BANCA, FRN, 05/11/2012, CORP		200 000	99,80		199 604	99,81	199 623
UBS, 4.5%, 16/09/2019, CORP, CALL)		256 000	96,14		246 125	99,89	255 713
UNICREDITO ITALIANO, FRN, 05/02/2014, CORP		675 000	98,10		662 175	96,19	649 283
VIVENDI, 4.5%, 03/10/2013, CORP		50 000	97,16		48 578	106,37	53 185
VOLKSWAGEN, FRN, 10/04/2012, CORP		50 000	99,97		49 985	100,64	50 318
WELLS FARGO, 4.125%, 03/11/2016, CORP		50 000	93,84		46 920	101,40	50 699
WESTPAC, 3.875%, 20/03/2017, CORP		400 000	100,04		400 144	103,34	413 347
WESTPAC, FRN, 29/10/2013, CORP		100 000	99,94		99 941	99,91	99 908
XSTRATA FINANCE CANADA, 4.875%, 14/06/2012, CORP		50 000	99,52		49 759	106,75	53 373
sub-total		23 442 000			23 265 116		23 275 747
sub-total		31 592 000			31 765 937		31 529 604
total	346 015	31 592 000			36 008 472		35 619 835
3 - TOTAL GERAL	459 493	33 792 000			38 769 978		38 119 797

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos Seus Reajustamentos (Correcções) para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010

Anexo 2
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Rubricas	Provisão Para Sinistros em 31 de Dezembro de 2009 (1)	Montantes Pagos no Exercício * (2)	Provisão Para Sinistros em 31 de Dezembro de 2010 * (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida				
Não Vida				
Doença	44 715 072	27 564 592	17 078 688	(71 792)
Total	44 715 072	27 564 592	17 078 688	(71 792)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Discriminação dos Custos com Sinistros para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010

Anexo 3
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Rubricas	Montantes Pagos Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros * (4) =(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Doença	1 164 601	-	(170 634)	993 967
Total de seguro directo	1 164 601	-	(170 634)	993 967
Resseguro Aceite	137 929 920	5 994 072	5 630 756	149 554 748
Total	139 094 521	5 994 072	5 460 122	150 548 715

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Discriminação de Alguns Valores por Ramos para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010

Anexo 4
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Rubricas	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos *	Custos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
Seguro Directo					
Doença	1 156 236	1 156 236	993 967	97 905	-
Total de seguro directo	1 156 236	1 156 236	993 967	97 905	-
Resseguro Aceite	173 008 370	172 450 544	149 554 748	23 563 840	(509 868)
Total	174 164 606	173 606 780	150 548 715	23 661 745	(509 868)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

4. Relatório Sobre o Governo da Sociedade

Avaliação do grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo a que a Companhia se encontra obrigada de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007.

Princípios do Bom Governo	Recomendações	Grau de cumprimento (1)	Referência no relatório
Missão, Objectivos e Princípios Gerais de Actuação	Cumprimento, respeito e divulgação da missão, objectivos e políticas, para si e para as participadas que controla, fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da colectividade;	Cumprido.	1.1. e 1.2.
	Elaboração de planos de actividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e os objectivos fixados;	Cumprido.	1.2.
	Adopção de planos de igualdade, de modo a alcançar uma efectiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;	Cumprido.	2.3.1. e 2.3.2.
	Reporte de informação anual, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objectivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade;	Cumprido.	1.2.
	Cumprimento de legislação e regulamentação, adoptando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral;	Cumprido.	2.2.1. a 2.2.5.
	Tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores, contribuindo para a sua valorização pessoal;	Cumprido.	2.3.3.
	Tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos, estabelecendo e divulgando procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços, adoptando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transacções realizadas e que garantam a igualdade de oportunidades para todos os interessados, devendo divulgar anualmente todas as transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a % ultrapassar 1M€);	Cumprido.	3. e 4.
Conduzir com integridade todos os negócios da empresa (ter ou aderir a um código ético que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação).	Cumprido.	2.1.1.	
Estruturas de Administração e Fiscalização	Número de membros não exceder o de empresas privadas comparáveis, de dimensão semelhante e do mesmo sector;	Cumprido.	5.1. e 5.2.
	O modelo de governo deve assegurar a efectiva segregação de funções de administração e fiscalização;	Cumprido.	5.4.
	Empresas de maior dimensão e complexidade devem ter as contas auditadas por entidades independentes com padrões idênticos aos praticados para empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados, devendo os membros do órgão de fiscalização ser os responsáveis pela selecção, confirmação e contratação de auditores, pela aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria e ser os interlocutores empresa/auditores;	Cumprido.	5.3.
	Implementação do sistema de controlo, que proteja os investimentos e activos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa;	Cumprido.	5.4.
	Promover a rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização.	Cumprido.	5.2.

(continuação)

Princípios do Bom Governo	Recomendações	Grau de cumprimento (1)	Referência no relatório
Remuneração e Outros Direitos	Divulgação anual das remunerações totais (fixas e variáveis) auferidas por cada membro do órgão de administração;	Cumprido.	6.
	Divulgação anual das remunerações totais auferidas por cada membro do órgão de fiscalização;	Cumprido.	6.
	Divulgação anual dos demais benefícios e regalias (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa).	Cumprido.	6.
Prevenção de conflitos de interesses	Obrigações dos membros dos órgãos sociais de se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse;	Cumprido.	5.5.
	Obrigações dos membros dos órgãos sociais de declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa;	Cumprido.	5.5.
	Obrigações dos membros dos órgãos sociais de declararem relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, Instituições financeiras ou outros, susceptíveis de gerar conflito de interesse.	Cumprido.	5.5.
Divulgação de informação relevante	Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações de que tenham conhecimento, susceptíveis de afectar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa;	Cumprido.	7.1.
	Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade (regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos sociais, análise de sustentabilidade e avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo);	Cumprido.	7.2. e 7.3.
	Nomeação do provedor do cliente, quando se justificar.	Cumprido.	7.4.

1. Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

1.1. Missão

A Missão encontra-se descrita no Relatório de Gestão.

1.2. Principais Objectivos Estratégicos

A Companhia, para além das orientações estratégicas definidas para a globalidade do Sector Empresarial do Estado através de Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 70/2008, de 22 de Abril, está sujeita a orientações de gestão específicas definidas pelo accionista.

Essas orientações consubstanciam-se nos seguintes três grandes objectivos estratégicos, que funcionam como linhas de orientação de longo prazo e de suporte à actuação da empresa, e que se encontram descritos no Relatório de Gestão, no ponto relativo às Perspectivas de Evolução.

A Companhia desenvolve anualmente um processo de planeamento, consubstanciado na elaboração do Orçamento, sendo igualmente estabelecidos os objectivos que decorrem da Missão e do Quadro de referência estratégico em vigor.

O acompanhamento da execução do plano de actividade e orçamento aprovados, é realizado a partir de um sistema de informação de gestão.

Anualmente, é apresentada no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida.

2. Princípios Gerais de Actuação

2.1. Regulamentos Internos e Externos a que a Empresa está Sujeita

A Companhia está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do seu estatuto de empresa de capitais públicos, de que se destacam a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), cujo regime jurídico consta do DL nº 558/99, de 17 de Dezembro, com a redacção actualmente em vigor.

A Companhia está também sujeita a normas aplicáveis em matéria de acesso e exercício da actividade seguradora.

A Companhia dispõe de um Sistema de Normas Interno (SNI), publicado na intranet ou divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais, às quais todos os colaboradores se encontram sujeitos, o qual abrange os aspectos mais relevantes do respectivo funcionamento e do exercício da actividade. O SNI estabelece as regras e competências relativas à produção, gestão, meios de suporte, divulgação e acesso a normas, nomeadamente sobre a estrutura orgânica, as características de produtos e serviços e os procedimentos ou informações relevantes.

2.1.1. Código de Conduta

A Companhia dispõe de um Código de Conduta, que contempla e sistematiza os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores, publicado na intranet ou divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais, Código de Conduta este que se encontra igualmente publicado no sitio da internet da Companhia.

2.2. Cumprimento de Legislação e Regulamentação

Toda a actividade da Companhia é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e de boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para monitorizar esse cumprimento.

Neste contexto, a Companhia adota um comportamento eticamente correcto na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

2.2.1. Aplicação de normas de natureza fiscal

No que se reporta ao cumprimento da legislação e regulamentação em matéria fiscal, a Companhia dispõe dos competentes serviços destinados ao cumprimento das obrigações fiscais e à interpretação das normas aplicáveis.

2.2.2. Aplicação de normas de branqueamento de capitais

Este ponto não é aplicável à MultiCare.

2.2.3. Normas de concorrência e de protecção do consumidor

Este ponto não é aplicável à MultiCare.

2.2.4. Aplicação de normas de natureza ambiental

A Companhia está comprometida com a preservação do ambiente, traduzida não só na aplicação das normas de natureza ambiental, mas também na promoção de comportamentos ambientalmente adequados.

2.2.5. Aplicação de normas de índole laboral

A Companhia pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, procurando sempre evitar o conflito através do diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores.

2.3. Implementação de Políticas de Recursos Humanos

A política de recursos humanos da Companhia é norteada por um conjunto de pilares fundamentais que assentam nos seguintes princípios:

- A humanização das relações e das condições de trabalho;
- A prática da não discriminação traduzida numa gestão com princípios de igualdade, sem ignorar a diversidade;
- O respeito pela dignidade e promoção da Pessoa;
- A adopção de políticas integradas que articulam medidas de prevenção, educação, formação, emprego, conciliação do trabalho e da família e igualdade de oportunidades.

2.3.1. Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres

A distribuição do efectivo na Companhia apresenta uma distribuição equitativa por sexos, comum às funções administrativas, técnicas e específicas.

O processo de recrutamento e selecção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a selecção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato. Assim, a Companhia não exerce qualquer discriminação no recrutamento com base no género/etnia/nacionalidade.

Por outro lado, a Companhia, no âmbito das boas práticas seguidas na sua política de recursos humanos e da promoção da valorização da pessoa enquanto tal, entende também que deve ser dada igualdade de tratamento e de oportunidades a pessoas portadoras de deficiência.

2.3.2. Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

A Companhia tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Mobilidade interna;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas.

2.3.3. Valorização profissional dos trabalhadores

A Companhia promove a formação dos seus colaboradores, como forma de valorização profissional dos mesmos, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

3. Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas

São entidades relacionadas todas as empresas controladas pela Caixa Seguros e Saúde, as empresas associadas e outras entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Das transacções com empresas relacionadas, destacam-se como sendo mais relevantes as operações relativas a gestão de activos, serviços de renting automóvel e aquisição de serviços específicos associados à actividade seguradora (nomeadamente resseguro e análise de riscos), para além da participação nos ACE do Grupo CGD.

4. Outras Transacções

4.1. Procedimentos em Matéria de Aquisição de Bens e Serviços

A Companhia dispõe de procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adopção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adoptados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por aquisição;
- Selecção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas e regras internamente definidas;
- Contratos com fornecedores de bens / prestadores de serviços – formalização dos contratos estabelecidos.

4.2. Transacções que não Tenham Ocorrido em Condições de Mercado

Não se verificaram na Companhia transacções fora das condições de mercado.

4.3. Lista de Fornecedores que Representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos em Base Individual

Fornecedor RH Mais.

5. Modelo Societário

O modelo de governo da sociedade que assegura a efectiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, pelos seguintes órgãos sociais:

- A Assembleia Geral;
- O Conselho de Administração;
- O Conselho Fiscal.

Os membros dos órgãos sociais da Companhia são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.

5.1. Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia-geral tem a seguinte composição:

Presidente: José Filipe Sousa Meira
Secretário: Vitor Manuel Dinis Lopes

A Assembleia Geral, cujo mandato em curso corresponde ao triénio de 2010-2012, delibera sobre as matérias que lhe são atribuídas por lei e pelos Estatutos da Sociedade.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração, cujo mandato em curso corresponde ao triénio de 2010-2012, tem a seguinte composição:

Presidente: Armando António do Poço Pires
Vogais: José António Rodrigues Nunes Coelho
Carlos Vaz de Macedo Cunha Coutinho
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Maria João Carço Honório Paulino de Sales Luís

As competências do Conselho de Administração decorrem da lei e dos Estatutos da Sociedade.

5.2. Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período triénio de 2010-2012.

5.2.1. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem a seguinte composição:

Presidente: Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias
Vogais: João Filipe Gonçalves Pinto
Luís Máximo dos Santos
Suplente: João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins

5.2.2. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas designada é a Deloitte & Associados, SROC, S.A.

5.3. Auditor Externo

A auditoria anual às contas da Companhia é efectuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, S.A. que tem como interlocutores privilegiados o Conselho de Administração e a Direcção de Contabilidade e Informação Financeira.

5.4. Sistema de Controlo

A Companhia assegura a segregação das funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco decorrente das mesmas.

No âmbito do controlo e gestão de riscos associados à actividade, a Companhia definiu políticas específicas de gestão de risco e controlo interno.

A Gestão de Risco é objecto de um capítulo autónomo do Relatório e Contas de que este relatório sobre o bom governo da sociedade constitui anexo.

5.5. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam escrupulosamente essas mesmas normas na sua actividade.

Não existem incompatibilidades, decorrentes do Estatuto do Gestor Público ou de quaisquer outras normas, entre o exercício dos cargos de administração na Companhia e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.

6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores

6.1. Órgãos Sociais

A Comissão de Remunerações de que é membro a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., representada pelo Senhor Dr. Vitor José Lilaia da Silva e pelo Senhor Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro submeteu à Assembleia Geral de 26 de Março de 2010, em cumprimento do estabelecido no artigo 2º da Lei 28/2009, de 19 de Junho, uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada pelo accionista único.

De acordo com a referida declaração, a política de remuneração assenta nos seguintes princípios:

- A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade, quando o exercício de funções seja remunerado, é fixada tendo como referência os princípios orientadores da política de fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos;
- Neste contexto, a remuneração fixa dos membros com funções executivas do Conselho de Administração, quando exista, tem como referência uma grelha salarial aplicável aos administradores executivos das empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a qual é construída atendendo à dimensão, à complexidade de gestão e às condições concorrenciais do mercado de emprego do sector de actividade onde cada uma das empresas do Grupo está inserida;
- A remuneração variável dos administradores da sociedade com funções executivas, quando exista, é atribuída individualizada e anualmente, em função da avaliação do desempenho do exercício em causa, não excedendo 50% da remuneração fixa anual;
- Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas, quando existam, não têm qualquer remuneração variável, podendo ter, se assim for definido, uma remuneração fixa.
- Os membros do Conselho Fiscal apenas auferem remuneração fixa, limitada a um máximo de 15% da remuneração fixa dos administradores executivos com cargo correspondente.

A política de remuneração supra-definida foi a aplicada no exercício de 2010 tendo o quantitativo das remunerações dos membros dos órgãos de administração sofrido, com efeitos a 1 de Junho de 2010, os impactos decorrentes do estabelecido no artigo 12º, n.º 1, da Lei 12-A/2010, de 30 de Junho, que determinou que “A remuneração fixa mensal líquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao sector público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excepcional em 5%.”

Acresce que, em cumprimento do Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março, não foi atribuída, em 2010, qualquer remuneração variável aos membros do órgão de administração.

Para além disto, desde 1 de Janeiro de 2011, que entraram em vigor as reduções remuneratórias, aplicáveis aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização de empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público, decorrentes do artigo 19º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2011.

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização consta no respectivo Anexo às Demonstrações Financeiras do Relatório e Contas de 2010.

6.2. Colaboradores Abrangidos pela Norma Regulamentar N.º 5/2010-R, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal

A política de remuneração dos colaboradores é aprovada pelo Conselho de Administração.

O modelo salarial é único para toda a organização e assenta num sistema de onze bandas salariais. Para cada função está identificado um intervalo remuneratório, composto por um conjunto de bandas construídas com base em duas vertentes: a interna e a externa. A interna, alicerçada na prática salarial da companhia e decorrente de uma análise de equidade interna. A externa, tendo por referência as práticas salariais do mercado através de uma análise de benchmarking.

A remuneração tem uma componente fixa e uma componente variável.

A remuneração variável é atribuída, individualizada e anualmente, em função da avaliação do desempenho do exercício a que se reporta, estando limitada em conformidade com o respectivo regulamento anual.

A remuneração variável é atribuída considerando os seguintes factores: o desempenho da Companhia, o desempenho da unidade orgânica em que o colaborador se insere e o desempenho individual.

A avaliação de desempenho individual é feita com base no Modelo de Gestão de Desempenhou que tem duas vertentes: a das competências e a dos objectivos.

Na avaliação de desempenho dos colaboradores abrangidos pela Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de Abril, a componente associada às competências e aos objectivos qualitativos têm maior peso que a componente associada aos indicadores de rentabilidade.

6.3. Avaliação do Grau de Cumprimento das Recomendações Contidas na Circular N.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal

Em face do exposto, é possível fazer a seguinte avaliação sobre o grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, em matéria de política de remuneração.

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais	I.1. As instituições devem adoptar uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objectivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspectivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a protecção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes.	Cumprida	
	I.2. A política de remuneração deve ser adequada à dimensão, natureza e complexidade da actividade desenvolvida ou a desenvolver pela instituição e, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumprida	
	I.3. As instituições devem adoptar uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da política de remuneração, que identifique, de forma objectiva, os colaboradores envolvidos em cada processo, bem como as respectivas responsabilidades e competências.	Cumprida	
II. Aprovação da política de remuneração	II.1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, no que se refere à remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, a política de remuneração deve ser aprovada por uma comissão de remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou apropriada face à dimensão, natureza e complexidade da instituição em causa, pela assembleia geral ou pelo conselho geral e de supervisão, consoante aplicável.	Cumprida	
	II.2. No que se refere à remuneração dos restantes colaboradores abrangidos pela Circular, a política de remuneração deve ser aprovada pelo órgão de administração.	Cumprida	
	II.3. Na definição da política de remuneração devem participar pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos, de forma a evitar conflitos de interesses e a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da política de remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	II.4. A política de remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição. A política de remuneração deve ainda ser objecto de revisão periódica e estar formalizada em documento(s) autónomo(s), devidamente actualizado(s), com indicação da data das alterações introduzidas e respectiva justificação, devendo ser mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumprida	
	II.5. O processo de avaliação, incluindo os critérios utilizados para determinar a remuneração variável, deve ser comunicado aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pelo processo de avaliação.	Cumprida	

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
III. Comissão de remuneração	III.1. A comissão de remuneração, caso exista, deve efectuar uma revisão, com uma periodicidade mínima anual, da política de remuneração da instituição e da sua implementação, em particular, no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, incluindo a respectiva remuneração com base em acções ou opções, de forma a permitir a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	III.2. Os membros da comissão de remuneração devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções, em particular possuir conhecimentos e/ou experiência profissional em matéria de política de remuneração.	Cumprida	
	III.3. No caso de a comissão de remuneração recorrer, no exercício das suas funções, à prestação de serviços externos em matéria de remunerações, não deve contratar pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos três anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração ou que tenha relação actual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Não aplicável	Não há recurso a prestação de serviços externos em matéria de remunerações.
	III.4. A comissão de remuneração deve informar anualmente os accionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas assembleias gerais em que a política de remuneração conste da ordem de trabalhos.	Cumprida	
	III.5. A comissão de remuneração deve reunir-se com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar actas de todas as reuniões que realize.	Cumprida	
IV. Remuneração dos membros do órgão de administração Membros executivos	IV.1. A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considere, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a protecção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março.
	IV.2. As componentes fixa e variável da remuneração total devem estar adequadamente equilibradas. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março.
	IV.3. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março. Acresce que tratando-se de uma empresa pública de capital exclusivamente público não há lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus administradores.

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
	IV.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da instituição ao longo desse período.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março.
	IV.5. A parte da componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março.
	IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a instituição, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela instituição.	Cumprida	
	IV.7. Até ao termo do seu mandato, devem os membros executivos do órgão de administração manter as acções da instituição a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março.
	IV.8. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março.
	IV.9. Após o exercício referido no ponto anterior, os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de acções, até ao fim do seu mandato, sujeito à necessidade de financiar quaisquer custos relacionados com a aquisição de acções, sendo que o número de acções a conservar deve ser fixado.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março.
Membros não executivos	IV.10. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumprida	
Indemnizações em caso de destituição	IV.11. Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.	Não aplicável	Os gestores públicos estão sujeitos às regras previstas no estatuto do gestor público aprovado pelo Decreto-Lei 71/2007, de 27 de Março.
V. Remuneração dos colaboradores	V.1. Se a remuneração dos colaboradores da instituição incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa da remuneração, atendendo, designadamente, ao desempenho, às responsabilidades e às funções de cada colaborador, bem como à actividade exercida pela instituição. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprida	
Relação entre a remuneração fixa e a remuneração variável	V.2. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Tratando-se de uma empresa pública de capital exclusivamente público não há lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus colaboradores.

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
Critérios de atribuição da remuneração variável	V.3. A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho colectivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à actividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, de modo a promover a sustentabilidade da instituição e a criação de valor a longo prazo.	Cumprida	
	V.4. Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumprida parcialmente	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo CGD tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.5. A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumprida	Não existe parte diferida da remuneração variável.
Diferimento da remuneração variável	V.6. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à actividade da qual resulta a sua atribuição.	Não cumprida	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo CGD tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não aplicável	Não existe parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior.
Remuneração dos colaboradores que exerçam funções-chave	V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumprida	
	V.9. Em particular, a função actuarial e o actuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Cumprida	
VI. Avaliação da política de remuneração	VI.1. A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Não aplicável	Dado que 2010 foi o primeiro exercício sujeito à aplicação da Norma Regulamentar 5//2010-R e à Circular 6/2010 a avaliação será feita em 2011.
	VI.2. A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Não aplicável	Dado que 2010 foi o primeiro exercício sujeito à aplicação da Norma Regulamentar 5//2010-R e à Circular 6/2010 a avaliação será feita em 2011.
	VI.3. As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Não aplicável	Dado que 2010 foi o primeiro exercício sujeito à aplicação da Norma Regulamentar 5//2010-R e à Circular 6/2010 a avaliação será feita em 2011.

7. Divulgação de Informação Relevante

7.1. Divulgação de Informação Privilegiada

A Companhia não se encontra admitida à cotação, nem detém emissões de títulos transaccionados em mercados financeiros, pelo que não tem nomeado um representante para as relações com o mercado.

7.2. Divulgação de Informação Sobre o Governo Societário

O presente relatório sobre o Governo da Sociedade, que constitui um capítulo autónomo do Relatório e Contas de 2010 da Companhia, visa cumprir a Recomendação de incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao governo da sociedade.

7.3. Análise da Sustentabilidade da Empresa

No actual contexto da economia mundial as matérias de desenvolvimento sustentável são cada vez mais importantes, uma vez que dizem respeito à responsabilidade das empresas para com os seus clientes, colaboradores e para com a sociedade em geral.

A Companhia tem, neste domínio, uma responsabilidade acrescida, não só porque integra o grupo Caixa Geral de Depósitos, mas também porque está integrada na Caixa Seguros e Saúde cujas participadas detêm, em conjunto, a liderança no mercado segurador e uma presença relevante na área da prestação de cuidados de saúde, inclusive por via de parcerias público privadas.

Num contexto de instabilidade financeira e económica, como o que se continuou a viver durante o ano de 2010, os factores de transparência, ética e responsabilidade ganharam uma especial relevância, constituindo mais um elemento catalizador de uma provável mudança de paradigma, valores e atitudes em que os temas da sustentabilidade ganharam importância acrescida.

Em linha com o seu accionista, a Companhia encara a sustentabilidade como uma gestão equilibrada entre os aspectos de transparência e governo da sociedade, tendo, assim, em curso, um conjunto de acções concretas suportadas na solidez e capacidade de resposta às necessidades e expectativas da sociedade.

7.4. Nomeação de um Provedor do Cliente

A Companhia dispõe, desde Novembro de 2009, de um Provedor do Cliente, estando assegurado o direito de reclamação, bem como a apresentação de sugestões, que pode ser exercido em qualquer ponto de contacto com os seus clientes.

A Companhia dá particular ênfase à gestão e tratamento das reclamações, na dupla perspectiva de melhoria de serviço ao cliente e de controlo interno.

As reclamações e sugestões são tratadas e acompanhadas com o máximo rigor e celeridade, por estruturas dedicadas que garantem a centralização, a análise, o tratamento e a resposta a todas as reclamações e sugestões, qualquer que seja o canal de contacto e o suporte utilizado pelo Cliente.

5. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal das Contas

MULTICARE - SEGUROS DE SAÚDE, SA
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2010

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pela Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos a actividade da sociedade e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas convenientes,

Obtivemos do Conselho de Administração regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da empresa e andamento dos negócios sociais.

Apreciámos o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do exercício e respectivos anexos, bem como a certificação legal de contas, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e com que concordamos.

Considerando quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

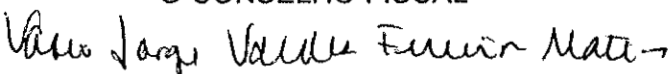
PARECER

- Que a Assembleia-Geral aprove o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão;

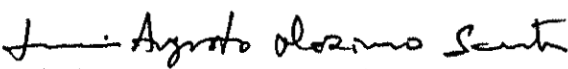
Finalmente, o Conselho Fiscal agradece ao Conselho de Administração e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas toda a colaboração prestada.

Lisboa, 17 de Março de 2011.

O CONSELHO FISCAL


Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente


João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal


Luis Augusto Máximo dos Santos - Vogal

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO RELATÓRIO E
PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
MULTICARE – SEGUROS DE SAÚDE, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2010

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 17 de Março de 2011.

O CONSELHO FISCAL

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias

(Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente)



(João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal)

Luís Augusto Máximo dos Santos

(Luís Augusto Máximo dos Santos - Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (“Companhia”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 120.768.500 Euros e capitais próprios de 26.979.885 Euros, incluindo um resultado líquido de 603.807 Euros, a Demonstração de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das variações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador (Nota 2).

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 9 de Março de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Multicare - Seguros de Saúde, S.A.

Grupo **Caixa Geral de Depósitos**